



A propósito de uma carta

Qualquer jornal que pretenda funcionar como detonador de problemas e situações junto dos seus leitores regista sempre com agrado todas as provas de que essa pretensão passa ao campo do real. Um dos processos mais vulgares de medir a influência do jornal é esperar que a sua publicação motive uma posição crítica dos leitores, o que geralmente se verifica através das conhecidas «cartas ao director». Nesta ordem de ideias, é com agrado que publicamos hoje a primeira carta por nós recebida este ano, integralmente e tal qual nos chegou às mãos.

NITERÓI, 1 DE FEVEREIRO DE 1975

EXMO.

SNRES: DIRECTORES

«DEFESA DE ESPINHO»

SNRS. DIRECTORES DESSE PEQUENO JORNAL, DO QUAL SOU ASSINANTE A VÁRIOS ANOS, NÃO POSSO DEIXAR DE EXPRESSAR A MINHA REPUGNANTE REPULSA AÓ VER QUE O PRÓPRIO JORNAL, EM VEZ DE ALERTAR O POVO QUE ESTÁ CAINDO NO ABISMO, AFUNDANDO-SE NA ESCRAVIDÃO, EM VEZ DE LIBERTAÇÃO COMO SE ESPERAVA, E MUITO PROMETIDA, QUE SÓ MESMO OS LEIGOS ALHEIOS AO MOVIMENTO, ACREDITARÃO.

PORQUE DEIXAR-MOS CAIR NUMA REDE DE ENGANADORES, QUE TUDO PROMETEM E NADA DÃO EM FAVOR DO POVO, SENÃO O PESADELO DE TRABALHO E FALTA DE LIBERDADE, PARA PODEREM ABANDONAR O SEU PAIS, QUANDO NÃO PODEM SUPORTAR MAIS A CARGA DA DITADURA DO SEU IMPERIALISMO, POIS VEMOS A PROVA NO MUNDO INTEIRO, PARA FAZER UMA ANÁLISE DE CONSCIÊNCIA, E DIZER O NÃO A QUEM NOS QUER TIRAR A LIBERDADE, E DESTRUIR O QUE EXISTE. ATENCIOSAMENTE,

JOSÉ PINTO

O agrado com que publicamos a carta não resulta, como é evidente, de ela ser um louvor ou um incitamento, pelo menos aparentemente. Porém, sob outro ponto de vista, ela constitui, de facto, um louvor e um incitamento. Nada mais desanimador para quem pretende levar a cabo um trabalho sério do que a indiferença continuada e amorfa dos leitores. E nada mais excitante e dinamizadora do que a percepção de que, afinal, o trabalho está a ter algum reflexo naqueles que são a sua ra-

zão de ser. Por tudo isto se publica esta carta. Porque não sendo um louvor é um incitamento, porque não sendo um aplauso é um desafio. É um incitamento porque é a prova absoluta do muito que há a fazer para alertar a opinião pública. É um desafio porque coloca em termos urgentes e inadiáveis a importância de esclarecer correctamente qual a situação que em Portugal se vive.

Perante uma carta deste teor, duas hipóteses de tratamento se levantam: apresentá-la como uma anedota ou fazer o levantamento de tudo o que ela encerra. Optamos pela segunda hipótese, não porque esperemos convencer quem a escreveu, mas porque nos parece exemplar como documento de uma certa visão do mundo que se acredita estar em vias de liquidação mas que, julgamos, constitui ainda ameaça de peso e que por isso mesmo deve ser combatida sempre e onde quer que se manifeste.

Assim, encontramos toda uma série de ideias pertencentes a uma mitologia que julgávamos encerrada com o fim da chamada «guerra fria». É nesse contexto que interpretamos expressões como «trabalho forçado», «falta de liberdade», ditadura do seu imperialismo», «escravidão». Isto cheira abundantemente a leitura esforçada de artigos das «Seleções», já que o autor, a julgar pela incorrecção formal da carta e pelo mundo ideológico em que se move, não se dedica a outras leituras que lhe poderiam ser mais proveitosas, pelo menos para melhorar o português. Trabalho forçado? Mas então o Sr. José Pinto acredita mesmo que isso existe ou pode vir a existir em Portugal?

O que ninguém pode ignorar é que o trabalho é hoje, mais do que nunca, a condição do sucesso deste país, agora disposto a vencer com o seu esforço. Só teme o trabalho aqueles que não estão dispostos (e eles lá sabem porquê...) a dar o seu contributo para o bem-comum.

Falta de liberdade? O Sr. Pinto está concertado a brincar. A não ser que prefira a «liberdade» anteriormente existente.

Entre a «liberdade» de obedecer a tudo o que era imposto, de cumprir todas as regras que regiam a nossa vida varia de sentido antes de 25 de Abril, de nos movermos apertadamente dentro de uma legalidade para dificultar a nossa participação na vida do País, e a liberdade verdadeira de criar algo de novo, nos sindicatos, nas escolas, nos jornais, enfim, em

(Continua na pág.ª 2)

ACADÉMICA DE ESPINHO

— NOVA DIRECÇÃO, NOVO RUMO ?

A nova situação portuguesa envolve fatalmente uma evolução das infra-estruturas da vida nacional. Entre muitos outros estão neste caso os clubes e agremiações desportivas e culturais.

A Associação Académica de Espinho, após umas eleições um tanto ou quanto atribuladas, encontrou uma nova Direcção para este ano: a ela preside Jorge Nicolau da Costa Monteiro, elemento de há anos ligado à colectividade, que ouvimos e que nos deu conta, em traços gerais, da linha de rumo que procurará seguir durante o seu mandato. Acerca dela, farão os leitores o seu juízo. Para já, achamos que, a ser totalmente cumprida, poderá ser o início de uma nova era, mais válida e correspondente às actuais necessidades dos Pais, na actividade da Académica. Passemos pois à exposição feita por Jorge Monteiro:

SECÇÃO CULTURAL E REVISÃO DE ESTATUTOS

D. E. — Quais são os teus planos em relação à actividade sócio-cultural da Académica?

J. M. — No campo sócio-cultural, acho que devemos dar a máxima autonomia à Secção Cultural. Eles é que são os técnicos nesse campo. Eles é que sabem os meios a utilizar para uma propagação da Cultura. Inclusive, podemos considerar a Secção Cultural da A.A.E. como um dos meios transmissores da dinamização cultural que se pretende fazer.

D. E. — Mas a Cultural não tinha já autonomia?

J. M. — Tinha, de facto, autonomia, embora não fosse prevista pelos Estatutos. Ora, não sendo prevista, a Secção Cultural estaria sujeita a uma «censura» por parte da Direcção, talvez mesmo exagerada.

D. E. — Portanto, isso já envolve a necessidade de uma revisão dos Estatutos?

J. M. — Exacto. Aliás pretendemos, após uma reestruturação orgânica, que é fundamental dentro do Clube e que nestas últimas Assembleias ficou amplamente demonstrada, e uma revisão estatutária, após isso, então, iremos debruçar-nos sobre os meios e a orientação a dar a toda a actividade, neste caso cultural.

D. E. — Parece então que é desta vez que se vai proceder à tal revisão dos Estatutos, há tanto tempo programada.

J. M. — Sim. Vai-se fazer isso, mas não nos moldes em que estava primitivamente programada. Numa ideia pessoal, poderei dizer que iremos tomar como texto-base, não os actuais Estatutos, mas sim já aquele projecto elaborado pelo Sr. Carlos Morais e alterá-lo, porque esse mesmo já está desactualizado; basear-nos-emos também nos Estatutos duma colectividade com fins semelhantes a esta — uma Associação Académica.

D. E. — Nessa revisão estará já consagrada a autonomia absoluta da Secção Cultural?

J. M. — Bem, há aí um reparo a fazer: eu entendo que uma Secção Cultural deve ter uma autonomia técnica. Nunca poderá ter, creio eu, uma autonomia finan-

(Continua na página 2)

LEIA

Pág. 4 • ESCOLA VIVA

5 • HOSPITAL DE ESPINHO

7 • ESPANHA — Agonia dum Regime

INQUÉRITO

Habitação em Espinho

Para compreender até que ponto vai a crise da habitação, é necessário encontrarmos-nos entre as 500.000 pessoas (números oficiais) que procuram casa em Portugal. Desde os novos casais, os que procuram habitação mais condigna ou para ficarem junto aos seus empregos, todos eles não sabem nem vêm maneira de resolver esse problema.

Em Espinho não existem casas ou andares para alugar. Nos registos da Câmara Municipal quase nunca existe nada a assinalar. Se uma casa é alugada a primeira vez, o seu preço é exagerado. Quanto a cas em «2.ª mão», como quase ninguém pensa em mudar, por motivos evidentes, a crise agudiza-se. Além disso, os andares para venda atingem preços incomportáveis.

DADOS RECOLHIDOS NA CÂMARA MUNICIPAL

Avaliação das disponibilidades habitacionais até 31-12-1974:

Fogos declarados livres para arrendamento, colectivos, 3; total, 3.
Fogos declarados livre para venda, 9.
Total de fogos em construção, colectivos, 75; individuais, 22; total, 97.
Número de interessados no arrendamento de 1 fogo, colectivos, 45; total, 45.

Número de fogos para habitação social existentes no concelho construídos por: Câmara Municipal, 42; Instituições de Previdência, 160.

Quanto aos preços das rendas livres das casas praticadas no concelho por fogo, verificou-se de 1970 a 1974, nas casas de 3 e 4 compartimentos, um aumento de 60% e nas de 5 compartimentos um aumento de 80%. A renda média (incluindo casas com rendas antigas) em 1974 era de 2.000\$00, 2.400\$00 e 3.000\$00 respectivamente para casas de 3, 4 e 5 compartimentos. Nota-se uma subida mais acentuada de 1973 a 1974 da ordem dos 25% nas casas de 3 e 4 compartimentos e de 50% nas casas de 5 compartimentos. Em relação a habitações com 6 ou mais compartimentos não há neste momento dados concretos.

Informações fornecidas pelo Eng.º Pinto Correia, dão conta que os processos de construção em curso, arrastam-se de antes do 25 de Abril, que há uma série de processos parados, isto é, foram aprovados mas a licença respectiva ainda não foi requerida e que os investimentos na construção civil são praticamente nulos.

(Continua na pág.ª 2)

Os Bonecos do Falcão



ANTES

E

DEPOIS

DEFESA DE ESPINHO

SEMANÁRIO

FUNDADOR

BENJAMIM COSTA DIAS

REDACÇÃO

ALEXANDRE FALCAO
FAUSTO NEVES
JOSE JOAO MAIA
JOSE PINTO
MORAIS GAIO
NUNO BARBOSA
VITOR SOUSA

PROPRIEDADE

EMPES — EMPRESA DE
PUBLICIDADE DE ESPINHO, LDA.

Composição e Impressão

OFICINAS GRÁFICAS DA
CASA NUN'ALVARES

Rua de Santa Catarina, 630
PORTO

ACADÉMICA ESPINHO — NOVO RUMO?

(Conclusão da 1.ª pág.)

ceira, porque a Secção, nos moldes em que os responsáveis a pretendem gerir, não é auto-suficiente. Acho também que todas as Secções devem estar dependentes da Direcção, no aspecto financeiro.

D. E. — Mas isso não significa que, se os elementos da Cultural conseguirem meios para obter os fundos, a Direcção ponha qualquer entrave a isso...

J. M. — Ora bem, eles poderão de facto fazer isso; mas sinceramente, duvido que os fundos possivelmente obtidos sejam suficientes. A actividade da Secção Cultural, e eu estou a pensar, por exemplo no Grupo de Teatro, é bastante dispendiosa.

«A DIRECÇÃO FACILITARÁ AO GRUPO DE TEATRO O ACESSO A TODOS OS ELEMENTOS NECESSÁRIOS»

D. E. — Por falares no Grupo de Teatro: qual vai ser a posição da nova Direcção, ou pelo menos a tua, em relação a ele?

J. M. — A minha posição será dar-lhe liberdade na escolha de textos a representar, de encenação, no aspecto técnico. Entendo que o Teatro será a expansão da Cultura através da representação. Nessa medida, o papel da Direcção será o de facilitar-lhes o acesso a todos os elementos necessários: em todas as relações a nível oficial, a Direcção facilitar-lhes-á os contactos, etc.

D. E. — Daí pode pressupôr-se que também o Grupo de Teatro poderá contar com o apoio financeiro da Direcção.

J. M. — Exacto. Porém, embora esteja esperançado em que a Direcção consiga uma razoável receita extraordinária, essa esperança pode falhar. Já temos em mente para este ano um programa para tal fim, que será a continuação do que foi iniciado no ano transacto. Mas, como digo, eventualmente ele poderá falhar. Aí, então, terão de haver naturalmente restrições.

O LUCRO COMO FIM?

D. E. — Isso põe um outro problema, aliás importante, porque se prende também com o aspecto social da AAE, e com o aspecto cultural, possivelmente. Será que nesta Direcção todas as iniciativas terão como fim o lucro, ou poder-se-á pôr a hipótese de haver iniciativas que, à partida, estejam condenadas ao fracasso financeiro, mas que tenham possibilidades de enriquecer cultural ou socialmente a população de Espinho?

J. M. — Há, de facto, iniciativas que estão nesse segundo caso. Mas o Grupo de Teatro, por exemplo, se actuar para classes mais favorecidas é natural e compreensível que exija uma retribuição financeira que irá possibilitar a sua posterior actuação gratuita para classes menos favorecidas. Aliás, já este ano se viu que a Secção Cultural se desligou totalmente do aspecto comercial. Está certo, certíssimo mesmo,

(Contiua na página 8)

A propósito de uma carta

(Continuação da pág. 1)

tudo que é vida socialmente activa e útil, a escolha consciente só pode ser uma. Mesmo que essa liberdade traga consigo alguns riscos e exija alguns sacrifícios de cada um.

Ditadura do seu (de quem?) imperialismo? Linda tirada, mas que nada tem a ver com o que se passa em Portugal, onde o imperialismo está em riscos de vir a ser derrotado.

Se ele se instalou entre nós e nos explorou miseravelmente foi por culpa da submissão do fascismo ao poder económico das grandes empresas internacionais. Expulsá-lo é tarefa imperiosa.

É triste observar que este leitor nunca tenha enviado uma carta análoga em que desmascarasse o que se passava em Portugal antes de 25 de Abril, época em que o povo estava caindo no abismo e se afundava na escravidão, vítima da falta de liberdade (para empregar os seus termos). Aqui um parêntese: havia de facto a «liberdade»(?) de abandonar o país, já que neste não foi possível, a muitas centenas de milhar de portugueses, encontrar bases para o seu sustento. Talvez seja o nosso correspondente um desses muitos e não tenha reparado na ironia do seu temor. Mas, ao contrário do que antes teria acontecido, a sua carta é, como vê, publicada.

A visão dos factos que o sr. J. Pinto apresenta é não só profundamente reaccionária mas verdadeiramente mentirosa e contra-revolucionária. Não duvidamos que não encontrará qualquer acordo por parte de espíritos lúcidos e realmente patriotas, capazes de, ultrapassando posições egoístas, compreenderem e apoiarem a dinâmica do processo em curso. Mas é provável que o conteúdo da carta encontre eco em alguns «corações», também eles vítimas de um conjunto de circunstâncias que durante 48 anos conseguiu vencer a lucidez, o espírito crítico e a consciência de alguns. Que no Brasil, longe da verdade dos factos e ainda por cima em ambiente pouco propício à sua divulgação total, se pense assim, é ainda compreensível. Em Portugal, porém, quem assim pensar dará provas dum real incompreensão acerca do que se está a passar ou, então, e supomos que é o que se passa, recusa-se, por razões só do próprio conhecidas, a reconhecer à evidência tudo o que de positivo e inovador tem sido vivido em Portugal nos últimos 10 meses.

Esta carta é, aliás, exemplar ainda a um outro nível, pois prova que não são idiotas nem tendenciosos todos os que têm mostrado apreensão perante as circunstâncias em que virão a exercer o seu direito de voto os muitos milhares de portugueses que emigraram. Sobretudo se esses países, pelos seus sistemas políticos, são à partida inimigos declarados de qualquer tentativa de regime democrático. Estamos em crer, aliás, que a visão errada do Sr. José Pinto provém em muito do tratamento em geral tendencioso, que a imprensa brasileira tem dado aos acontecimentos no país irmão. Até porque o mesmo senhor fazia acompanhar a sua carta de um exemplar de um tal «Mundo Português», jornal cuja primeira página gritava — «Portugal à beira da guerra civil». E aqui podíamos analisar o papel da grande imprensa internacional na mistificação e deturpação do que realmente se passa neste país, apostado em afastar para longe as vozes daqueles que, durante 50 anos, não encontraram razões para condenar o regime então instituído.

Basta, porém. Afinal, nem o Sr. José Pinto vai mudar de opinião, nem o «Mundo Português» abandonará a sua informação falsa e tendenciosa, nem os nossos leitores sentem falta de anedotas. Nem, e é o que mais importa, a razão de um Povo hesita perante as razões (?) daqueles que dizendo defendê-lo o atraioam.

A. S.

Centro de Enfermagem de Espinho

Todos os serviços de enfermagem oxigénio, camas articuladas, etc.

Ambulâncias com oxigénio para transporte de doentes

Horário das 9 às 12 e das 14 às 20 h.

Telef. 921587 (das 9 às 20 h.)

Telefone de urgência 922329

Rua 16 n.º 868 — ESPINHO

INQUÉRITO — HABITAÇÃO EM ESPINHO

(Conclusão da 1.ª página)

inquilino em igualdade de circunstâncias do preço considerado.

Senhorio Álvaro Dias da Mota

1 — Concordo plenamente se considerarmos as consequências da descolonização e desmobilização que origina um explosivo aumento da procura e que se não fosse a medida tomada agravaria escandalosamente a especulação de rendas. Por outro lado considero-a impopular pois criou descontentamento e desinteresse dos investidores na construção.

2 — Devo considerar o facto do encerramento do mercado da bolsa de títulos que em imobilizações largas quantias de dinheiro o que acarreta consequentemente uma quebra nas disponibilidades de investimentos em outras actividades sendo de realçar a compra de habitações.

3 — Julgo-a de grande interesse, se for cumprida na íntegra, mas ressalvando o direito de ser o senhorio a escolher o inquilino quando em igualdade de circunstâncias de preço de renda.

Contactamos com duas pessoas que pretendiam alugar casa. Eis as suas declarações:

António Sampaio Maia

Procurei casa cerca de cinco meses. Os andares que havia disponíveis não eram para alugar mas sim para vender. Fui à Câmara mas apenas havia duas casas declaradas. Uma delas já alugada e outra com um preço incomportável. Ao fim de cinco meses de procura consegui alugar um andar por intermédio da pessoa que o habitava.

Rafael Leite

Comecei a procurar casa vai para cinco meses e até este momento ainda não encontrei nenhuma vaga. Já consultei a lista da Câmara Municipal, mas não consta nada e julgo que as casas não chegam a vagar. Também já procurei prédios em construção, mas são quase sempre para vender ou então são pequenos apartamentos e o seu preço exorbitante.

Quase sempre, quando sei de uma casa vaga, já está alugada ou «falada» há meses. Julgo muito difícil encontrar casa nestas condições. Parece-me, no entanto, haver casas desocupadas em Espinho mas não declaradas, ou então, com rendas fictícias para o que devia ser exercida fiscalização.

Como resolver o problema? Penso que a resolução do problema da habitação está ao lado da resolução de muitos outros problemas da sociedade.

Não acredito que a iniciativa privada o possa resolver de modo a satisfazer rendas acessíveis. Se o rendimento for baixo e não for permitida a especulação desenfreada, a iniciativa privada volta-se para outros interesses. Pensando que a habitação será, a par de outros direitos (saúde, ensino, trabalho, etc.), um direito de qualquer cidadão, entendo que o Estado devia e tem de tomar a seu cargo a resolução do problema. Quer ajudando cooperativas de habitação, construindo habitações económicas, recuperando as casas existentes, o Estado deve colocar este problema a par dos mais urgentes. Estou a lembrar-me que em Espinho existe toda uma série de edifícios (casino, hotel Praia-Golf, hotel Mar Azul, pensão Demétrio, e talvez mais), quase sempre sem qualquer utilidade que não seja servir uma minoria e apenas por dois ou três meses por ano.

Que justiça existe numa sociedade onde é permitido usar o dinheiro neste tipo de investimento? Como pode uma minoria usar o dinheiro naquilo que lhes apetece se toda uma população não dispõe sequer de habitação condigna? Quantas casas, creches, escolas, etc., daria o cimento e terreno empregados nos «caixotes quadrados» de Espinho?

A pergunta está no ar e quem souber que responda ou que evite a repetição de tais critérios.

D.E.

OFERECE-SE

Empregado de Escritório: pretende colocação, mesmo que seja em regime de «Part-times». Possui carta de condução de ligeiros. Carta a este jornal ao n.º 77

O QUE NOS DISSERAM OS EMPREITEIROS

Perguntas:

1 — Quais os motivos do repentino desinteresse em investimentos em prédios de habitação?

2 — Como classifica o constante aumento dos materiais de construção?

3 — Quais as iniciativas que poderiam resolver o problema da construção de novas habitações?

Respostas:

Empreiteiro Marçal Duarte

1 — Provavelmente, na expectativa das medidas que o Governo tomará, nomeadamente o Plano Económico, e do que será futuramente a política governamental quanto à propriedade privada.

2 — Considero injustificado o aumento e alguma falta dos materiais de construção, concretamente os casos do cimento, ferro e materiais cerâmicos. Acredito até de tratar-se de boicote de certas empresas fabricantes contra o mercado da construção. Friso também o facto do súbito aumento de salários que, como é do conhecimento geral, tiveram efeitos retroactivos e portanto encargos inesperados a orçamentos previstos.

3 — Uma das medidas de carácter governamental quanto à construção seria, focando neste caso a nossa cidade, menor rigidez no critério do plano de urbanização no que diz respeito ao número de andares que têm sido habitualmente reduzidos em relação aos projectos apresentados, provocando assim descontentamento e desinteresse pela construção. Para isso considero urgente a análise «in loco» dos projectos propostos aos urbanistas e assim não serem analisados com frieza de cálculo e julgados em herméticos gabinetes que originam reprovações insuficientemente fundamentadas.

Empreiteiro Álvaro Padrão

1 — Na minha opinião considero-o accidental e passageiro, embora aceite que outras formas de investimento, especialmente o bancário, têm canalizado alguma atenção dos habituais investidores.

2 — Embora relativamente justificado pelo aumento de salários nas respectivas empresas de fabricantes, considero-o absolutamente especulativo e sabotador, originando assim tudo aquilo que tem estado a criar dificuldades e paralizações no mercado da construção.

3 — As iniciativas que poderão resolver o problema da construção de novas habitações deveriam considerar os seguintes pontos:

— directos contratos de organismos de Estado com construtores para a edificação de habitações de renda económica, garantindo matérias primas, terrenos a preços razoáveis e crédito a juros moderados, para atenderem às necessidades das classes mais desfavorecidas.

— considerar seriamente o sistema de construção e arrendamento com contratos inicialmente estabelecidos em que a moradia, após determinado prazo de arrendamento, passa para a posse do respectivo inquilino.

O QUE NOS DISSERAM OS SENHORIOS

Perguntas:

1 — Como interpreta o congelamento das rendas de casa?

2 — Como analisa o pouco investimento em prédios de habitação?

3 — Considera ser de grande utilidade para o público a declaração na Câmara Municipal de casas para alugar?

Respostas:

Senhorio que pretendeu manter o anonimato

1 — Concordo com a medida adoptada, embora considere que deveria haver uma actualização ajustada quando a casa fica em situação devoluta.

2 — Considero fundamentado o pouco investimento pelo facto de, neste momento, não ser suficientemente compensador se o compararmos com outras formas de rendimento, nomeadamente o bancário.

3 — Aceito-o plenamente e colaboro no seu funcionamento. Sobre isso acho que será também de considerar a modalidade de, juntamente com os «inscritos», ser afixado o preço que se pretende, reservando também o direito de ser o senhorio a escolher o

NOTÍCIAS DA CIDADE

Agenda

O Arq.º Nuno Portas esteve em Espinho

O Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Arq.º Nuno Portas, depois de uma reunião de trabalho na Câmara de Ovar, em que entrevistaram elementos administrativos daquela, juntamente com representantes da Comissão Administrativa da Câmara de Espinho, e cuja principal finalidade foi a análise e a clarificação da política dos solos, urbanização e, sobretudo, a definição de soluções imediatas para as operações «SAAL», (auto-construção de casas para os que vivem em precaríssimas condi-

ções de habitação) e estão já em lançamento em Ovar, Cortegaça, Esmoriz e Espinho, deslocou-se a esta, onde reuniu com a nossa Câmara, demorando-se na apreciação de terrenos para as operações «SAAL» e onde se definiram linhas rápidas de acção para o arranque do viaduto ao norte, sobre a linha férrea, obra de interesse vital para o desenvolvimento turístico local e não só.

O Arq.º Nuno Portas vinha acompanhado pela sua secretária e por uma equipa de técnicos da Delegação do Norte do «SAAL».

SERVIÇO CÍVICO ESTUDANTIL

Os estudantes devem participar nas tarefas de construção da democracia e do progresso de Portugal. E podem fazê-lo voluntariamente através da sua inscrição no Serviço Cívico Estudantil, que se destina a todos os candidatos ao ensino superior e que tenham completado o 7.º ano. Até 28 de Fevereiro os interessados poderão solicitar os pedidos de inscrição directamente ou pelo correio ao C.I.R.E.P. (Centro de Informação e Relações Públicas — Av. 5 de Outubro, 107 — Lisboa — 1). É altamente importante a prestação deste serviço cívico que não afectará o mercado do trabalho pois se destina apenas a tarefas que não possam ser garantidas pelo recurso a tal mercado.

S.T.E. — SOCIEDADE TURISMO DE ESPINHO, S.A.R.L.

SEDE EM ESPINHO

CONVOCAÇÃO

Convoco os Senhores Accionistas desta Sociedade para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 15 de Março de 1975, pelas 11 horas, numa sala do Hotel Pralagolfe, à rua 6, desta cidade, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º — Apreclar, aprovar ou modificar o Balanço e Contas do Conselho de Administração e o Parecer do Conselho Fiscal respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1974;

2.º — Proceder à eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal para o triénio de 1975 a 1977;

3.º — Resolver sobre a mudança da sede social.

Espinho, 5 de Fevereiro de 1975.

O Presidente da Assembleia Geral

(Jerónimo Ferreira Reis)

Cavalheiro

Viúvo, 63 anos, sem filhos, modesto, apresentável, vivendo de rendimentos modestos, com casa posta, pretende conhecer senhora, viúva ou solteira, de 45 a 55 anos, modesta de bons sentimentos e presença agradável para fins sérios

Agradece envio de foto que será devolvida caso não interesse

Resposta a este jornal ao n.º 76

ESCOLA SÁ COUTO

No passado dia 13 foi empossada a Comissão de Gestão da Escola Sá Couto, a que preside o Dr. António Manuel Simões Coutinho. Este estabelecimento escolar, que tem uma frequência de milhar e meio de alunos, entra, assim numa nova fase. Oxalá isso possa contribuir para eliminar as enormes carências que se registam nesta escola, carências que não afectam só os alunos, mas também os professores, por falta de instalações condignas ao fim a que se destinam e ao quantitativo dos seus utentes.

SOLVERDE

CONVOCATÓRIA

De acordo com o preceituado no artigo 18.º dos Estatutos, convoco a assembleia geral da Solverde—Sociedade de Investimentos Turísticos da Costa Verde, Sarl, para reunir, em primeira convocatória e em sessão ordinária, no próximo dia 28 de Março de 1975, pelas 21,30 horas, no Salão Nobre do Grande Casino de Espinho, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Apreciação, aprovação ou rectificação do relatório e contas do conselho de administração relativamente à gerência do ano de 1974;
- 2 — Eleição de novos Órgãos Sociais;
- 3 — Discutir e deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da Sociedade.

Como condição para o ingresso dos accionistas chama-se a atenção para o disposto do artigo 12.º dos Estatutos.

A prova de accionista poderá ser feita por registo das acções na Sociedade ou por apresentação de documento bancário comprovativo do depósito de acções em qualquer instituição bancária.

Não comparecendo o número suficiente de accionistas para a assembleia funcionar, fica desde já, nos termos do Estatuto, feita a segunda convocação para o dia 14 de Abril de 1975, à mesma hora e no mesmo local.

Espinho, 19 de Fevereiro de 1975.

O Presidente

da Mesa da Assembleia Geral

Amadeu Alves Moraes

Aprendiza

Para cabeleireira — Precisa-se

Resposta à Redacção ao N.º 75

ROUBO EM GRANDE

Um carro de cor clara arrancou rapidamente. Os seus ocupantes sentiram-se em perigo ao ouvir passos. Era o guarda-nocturno que acorria por ter ouvido o ruído de vidros partidos. Mas o roubo estava feito. Os gatunos tinham forçado primeiramente a chapa ondulada da Ourivesaria Rubi, na rua 23, n.º 360. E antes da sua fuga precipitada tinham conseguido apoderar-se de jóias cujo valor é estimado em 2 300 contos e, segundo informações prestadas pelo proprietário Ivo dos Santos Coelho (Neves), eram constituídas por 226 peças de ouro branco, 145 de outro branco com diamantes e 339 peças de ouro amarelo. Os ratoneiros conseguiram fazer a sua «operação de limpeza» com relativa tranquilidade por não terem sido pressentidos nem pelos moradores do rés-do-chão nem pelos do pavimento superior. As peças roubadas não estavam ao abrigo do seguro mas poderão constituir a «casca de banana» em que os ladrões venham a escorregar quando tentarem (como é de esperar por não ser de admitir que sejam coleccionadores) transaccioná-las para cobrança deste valentíssimo «treze» do totobola da gatunagem. Resta dizer que esta cena à «americana» foi na madrugada do passado dia 15.

ESCLARECIMENTO

Tendo sido publicadas nesse jornal, a propósito da realização de um comício do Partido Socialista, informações incorrectas acerca da idoneidade política do nosso partido, pedimos que se ja esclarecido o seguinte:

1 — Nunca em comícios do MDP/CDE foi pedido o saneamento do Partido Socialista (P.S.) ou qualquer outra organização democrática.

2 — O Movimento Democrático Português, em fascismo e nas novas condições de liberdade, sempre defendeu a realização de eleições livres. Sempre que, depois do 25 de Abril, a conspiração reaccionária pôs a realização de eleições em causa, foi o Movimento Democrático Português uma das organizações políticas que mais inequívocas posições tomou na sua defesa.

3 — A Comissão Concelhia do Movimento Democrático Português, partido que também defende a causa do socialismo, acredita que existe em Portugal uma violenta campanha anti-socialista. Entende, no entanto, que muito a favorece a divisão das forças progressistas, bem como a actuação de pessoas que, dizendo-se socialistas, insistem em erros que cometem e, longe de levarem ao povo o tão necessário esclarecimento, enveredam pelo caminho da mentira.

A C. C. de Espinho do Movimento Democrático Português

FARMÁCIAS DE SERVIÇO

5.º TURNO

Hoje, sábado — FARMÁCIA SANTOS, rua 19, n.º 263 — Telef. 920331.
Amanhã domingo — FARMÁCIA PAIVA, rua 19, n.º 319 — Telef. 920250;
Segunda-feira, — FARMÁCIA HIGIENE, rua 19, n.º 393 — Telef. 920092;
Terça-feira — GRANDE FARMÁCIA, rua 62, n.º 457 — Telef. 920092;
Quarta-feira — FARMÁCIA TEIXEIRA, rua 19, n.º 46 — Telef. 920352;
Quinta-feira — FARMÁCIA SANTOS, rua 19, n.º 263 — Telef. 920331;
Sexta-feira — FARMÁCIA PAIVA, rua 19, n.º 319 — Telef. 920250.

CINEMAS

S. PEDRO:

Hoje, Sábado, 22 — O REBELDE DAS ESTEPES, com Mark Damon e Erna Schurer — 14 anos.

Amanhã, Domingo, 23 — INICIAÇÃO CARNAL, com Jack Nicholson e Ann Margret — 18 anos.

Terça-feira, 25 — OS CENTAUROS, com James Coburn e Anne Archer — 14 anos.

Quinta-feira, 27 — HUMOR NEGRO E VIOLÊNCIA, com Godfray Cambridge e Calvin Lockhart — 14 anos.

Sexta-feira, 28 — A MAIS ANTIGA PROFISSÃO, com Michele Mercier e Jeanne Moreau — 18 anos.

CASINO:

Hoje, Sábado, 22 — OS MALUCOS NO SUPERMERCADO, com Les Charlots — 6 anos.

Amanhã, Domingo, 23 — SERPENTE COM PELE DE MULHER, com Florinda Bolkan e Stanley Baker — 18 anos.

Segunda-feira, 24 — A ÚLTIMA GRANADA, com Stanley Parker e Alex Curt — 14 anos.

Quarta-feira, 26 — PARAÍSO AO SOL, com Ornella Mutti e Alessio Oranof — 13 anos.

Sexta-feira, 28 — SOFIA E A EDUCAÇÃO SEXUAL, com Io Apolloni e Luísa Nunes — 18 anos.

NASCIMENTOS

EM ESPINHO:

Joana, filha de José Henrique de Almeida Balona e de Maria de Fátima Esteves Rola Balona;

Sara Rute, filha de Joaquim da Costa Vieira Lado e de Maria Amélia Alves;

Rui Alexandre, filho de Américo Fernando Moreira dos Santos e de Palmira Pereira Faria dos Santos;

Pedro Nuno, filho de Victor Manuel Pinto Rodrigues e de Delfina Ferreira Quintas Rodrigues.

CASAMENTOS

EM ESPINHO:

Carlos Alberto da Cunha e Costa Alves com Maria Alzira da Costa Ferreira;

Armando Henrique Pimentel Lopes com Maria Palmira de Castro Ribeiro Lopes.

IGREJA DE SANTO OVÍDIO—MAFAMUDE:

Alcino dos Santos Valente com Maria Deolinda da Fonseca Ribeiro Valente.

FALECIMENTOS

EM ESPINHO:

Jaime Clemente Alves de Amorim, de 45 anos, separado judicialmente de Maria Isabel Mota e Cunha da Fonseca;

EM ANTA:

José Henriques Ribeiro, de 64 anos, casado com Irene Soares Mota.

A DEFESA precisa de mais assinantes

escola viva

PÁGINA MENSAL SOBRE EDUCAÇÃO

Abrindo...

É ponto assente que a Educação tem o mais importante papel na formação da Pessoa Humana.

É insofismável que, hoje, mais do que nunca, devemos dedicar o máximo interesse ao problema educacional, porque nele quase tudo estava mal, e porque o futuro Homem novo Português, terá de ter uma Educação bem diferente da que nós tivemos.

É necessário que os aspectos educacionais digam respeito a todos (e não só aos que se movimentam no campo educacional), já que são dos mais graves e de mais urgente resolução e reformulação no Portugal de hoje.

É forçoso que o controverso problema escolar seja debatido por todos e que todos para ele procurem, dentro das possibilidades de cada um, achegas ou (e) soluções.

Foi o enunciar de tudo isto que nos levou a, mensalmente, irmos até vós, falar de Educação, falar da Escola Viva que todos desejamos seja uma realidade rápida.

N. B.

Educação e política

Durante o período fascista era frequente ouvir-se dizer que a educação devia ser apolítica, o que apenas queria significar a proibição de pôr em causa os conceitos definidos pelos «mestres». Assim, quando professores ou alunos se propunham emitir, sobre determinado assunto, uma opinião que fugisse à linha traçada pelos poderes locais ou centrais logo eram chamados à pedra. Estavam ali para ensinar ou aprender e não para fazer política.

Mas em qualquer país o ensino é indissociável da sua vida sócio-económica e política. Os processos utilizados pelo anterior regime são bem a confirmação dessa verdade. Para servir um capitalismo monopolista e latifundiário era necessária uma população que vendesse barata a sua força de trabalho e desconhecesse a exploração de que estava a ser vítima. Então o analfabetismo, a falta duma educação popular, a existência de diferentes ramos de ensino a nível secundário acompanhando a divisão das classes (ensino técnico — filhos de operários, de trabalhadores mal remunerados e de pequeno-burgueses; ensino liceal — filhos da média ou grande burguesia ou seus aliados, preparando a sua entrada nas universidades para continuarem como classe dominante), os programas e todo um sistema de classificação defendendo o individualismo e quase sempre premiando os mais «dóceis» à estrutura vigente, eram as armas políticas dum governo que «defendia» uma educação apolítica.

Neste momento em Portugal, o capitalismo, embora continue o senhor do poder económico não detém o poder político.

Vive-se uma situação em que o Governo, pelas leis que já saíram, quer por outras pelo menos em pontos fundamentais, está ao serviço das massas trabalhadoras, quer que devem vir a ser promulgadas.

Ora, se bem que a educação não possa, isoladamente, transformar uma sociedade, devemos lutar por uma revolução no sistema educativo, quer a nível institucional, quer a nível popular, transformando um ensino ao serviço duma classe dominante, num ensino do povo de forma a permitir que cada um conheça quais os seus direitos e não apenas as suas obrigações, saiba fazer da sua vida um acto político.

Há, pois, necessidade de lutar por um ensino que prepare para a análise e solução dos problemas que se põem às massas trabalhadoras que é afinal o povo português. É preciso dar aos alunos, além de conhecimentos teóricos e técnicos, uma sólida formação democrática, ideológica e política, capaz de os preparar para uma situação revolucionária na sociedade portuguesa. Para que tal seja possível os programas e toda a prática escolar devem visar fundamentalmente a vida real do País tal como existe, com todos os problemas e tentativas de solução. A escola deve estar aberta a todos, independentemente da sua ideologia, da religião, do sexo ou da classe. Mas para isso é preciso que aos filhos dos trabalhadores sejam dadas as mesmas oportunidades dos filhos da burguesia o que só se pode operar por uma transformação concreta e real da sociedade portuguesa.

Ida Figueiredo

ESCOLA NO CAMPO

Uma planície longa, nua, aparentemente pouco cultivada. E no meio desta calma natural um conjunto de edifícios: um ocupado com salas de aulas, outro com a cantina e instalações sociais, o terceiro é o dormitório para rapazes, e o quarto é para as raparigas. Todos ligados por um corredor central, coberto. Uma escola. No campo, no meio da paisagem natural da planície pouco habitada.

Quatro são os factores que estão na base do bom rendimento da escola: a existência de modernos meios de ensino; o estudo, primeiramente, em grupo e depois individualizado; a ligação do estudo com o trabalho agrícola na planície imensa; sessões regulares em que os alunos se auto-criticam os seus camaradas.

A escola pertence aos alunos e aos professores. Todos colaboram na sua conservação e direcção, a todos os níveis. As semanas correm depressa, cheias por uma

vida tão absorvente. Os fins de semana são para visitar a família na cidade. Mas também a família pode ir ao encontro dos filhos na escola, onde no verão pai e mãe ajudam a aguentar a faina agrícola, substituindo os que vão partindo para férias.

Alguns professores são alunos dos últimos anos, senhores de uma consciência profunda da missão que lhes cabe. O esforço, o trabalho de todos. Também a escola foi construída com o esforço combinado de todos os membros da sociedade. O trabalho produtivo dos alunos, no campo, supre as despesas com a sua educação científica. Bastam três horas por dia de enxada na mão, o que até se torna um prazer.

É este o esquema. E não é uma visão, um sonho inatingível, é algo que já foi realizado. Em Portugal? Não propriamente, para já. O exemplo vem de Cuba. Quem o agarra?

A. S.

E O LICEU?

Qualquer que seja o povo e a latitude, é facto incontestável que o ensino é inseparável da vida económica e política do País em causa. Sendo assim, e conhecendo nós bem que tipo de regime vigorava em Portugal antes de 25 de Abril, pode afirmar-se que «foram dois os objectivos fundamentais da política fascista no terreno do ensino e da educação — deter nas mãos da classe dominante (a burguesia nos seus vários estratos) e fazer destes instrumentos eficazes da sua política e ideologia. Para melhor atingir estes objectivos o sistema educativo, no que se refere ao ensino secundário, estabelecia duas vias educacionais: o liceu e a escola técnica. Esta concepção das duas vias «não é mais do que uma resultante de uma nítida segregação de classes, duma vincada discriminação social que começa precisamente com a criação do ensino técnico. O ensino técnico não foi criado por acaso, foi-o intencionalmente, não para demonstrar o ensino, não para servir o povo português, também não para recolher os filhos da classe dominante, mas sim para melhor aproveitar em condições mais lucrativas a força de trabalho do próprio povo.» Ao liceu cabia a formação ideológica dos filhos da burguesia, os quais seriam mais tarde os continuadores e defensores fiéis da ideologia política e cultural da sua classe. Estes mesmos eram os únicos que tinham acesso, em geral, à Universidade, de onde transitariam para os postos de comando na máquina administrativa do país e prontos, por outro lado, a transmitir a sua formação às novas gerações, sobretudo através do ensino. Portanto, o liceu funcionava como a forma onde se moldavam «almas e portugueses» que garantissem a manutenção da ideologia da classe dominante.

Surge o 25 de Abril. As contradições profundas existentes no seio dessa célula do sistema educativo acentuam-se. São os alunos a terem cada vez maior consciência da inutilidade de um saber livresco, muito pouco comprometido com a acção

prática; são os professores a sentirem-se postos em causa na sua situação de aparentes do saber e transmissores da verdade irrefutável; é a sociedade a aperceber-se da negação educativa que o liceu constituiu. Aparecem algumas reformas de programas, há um efectivo arejamento de ideias e processos (onde há...), mas isto não é de forma alguma suficiente. Tanto assim que a situação se vai deteriorando. O ambiente de trabalho vai-se corrompendo, as exigências dos alunos, quer a nível pedagógico quer a nível político tornam-se incompatíveis com um sistema organizado para funcionar com seres desprovidos de autonomia mental. Crescem as dificuldades nas relações professores-alunos, até aqui aliás em geral falsificadas pela situação de submissão que o aluno tinha forçosamente que aceitar. O professor, perdido o equilíbrio que muitas vezes encontrava mais na sua posição de superioridade hierárquica do que na sua real aceitação pelos alunos, começa a pôr-se em causa a si próprio, a duvidar da sua capacidade e é inevitável levado a ceder perante o crescente poder dos alunos.

Neste contexto, e onde ele se verifica, o que talvez nem seja até muito frequente, já ninguém acredita naquilo que faz. O liceu é um peso no espírito de quem o habita. Mas sabe-se que não será possível proceder de imediato às alterações de fundo que são exigidas. Há que aguardar momentos mais propícios, já que a reforma que o ensino exige não se pode dissociar da transformação do país a nível geral. O liceu terá que ser integrado numa via educacional única, a qual eliminará a discriminação dentro da escola. Com a via única, não mais a frequência de um estabelecimento de ensino se fará consoante a situação social e económica do aluno, mas vigorará a igualdade plena de direito a uma educação integral, dentro de uma verdadeira democratização do ensino.

A. S.

A « PEDAGOGIA DO OPRIMIDO » DE PAULO FREIRE E A SUA DIMENSÃO POLÍTICA

Desde que as primeiras civilizações se organizaram de modo burocrático, com a divisão do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, logo se estabeleceu um dualismo entre governantes e governados e, com ele, uma certa moral tendente a manter a todo o custo esse «statu quo».

Apelando para a ordem natural das coisas, ordem herdada e «desejada» por Deus, uma tal moral permitiu que a exploração manual e mental duma classe se apresentasse como legal e... porque não, divina.

Numa sociedade de classes, tal concepção de ordem natural pretendia que o escravo ou o trabalhador interiorizassem o dominador, ao mesmo tempo que lhe era recusada a marca do seu carácter propriamente humano: a escolha dos fins da sociedade.

Na nossa época, surgiram Pedagogias e Políticas apostadas em banir o servilismo e prevarção a que toda uma classe era votada por outra.

Foi precisamente no Terceiro Mundo que surgiram tais Pedagogias, onde o colonialismo tratava o autóctone como um mero objecto, não apenas rejeitando qualquer valor à sua Cultura, mas também incutindo-lhe uma formação adequada e apta a suscitar a sua docilidade.

Contra tal concepção da classe dominante, tendente a integrar os homens na lógica do sistema existente, ocultando as contradições e crises que deles decorrem, opôs Paulo Freire «uma prática da liberdade».

Essa prática da liberdade consiste muito simplesmente em aprender a ler: aprender a ler é, ao mesmo tempo, tomar consciência da opressão e descobrir nas suas próprias necessidades a forma libertadora da opressão e da alienação.

Para isso, Paulo Freire procura que a leitura de uma primeira série de palavras escolhidas entre aquelas que estão mais intimamente ligadas às misérias das populações analfabetas, seja também uma descoberta da realidade social que elas encerram; cada uma dessas palavras não deve designar um facto intransponível, invencível, mas levantar uma série de problemas. Problemas decorrentes e inseridos num Mundo que limita e oprime o Homem, mas que deve e pode ser transformado.

Uma tal maneira de aprender, leva ine-

vitavelmente os homens submergidos pela realidade, a emergirem dela, a tomarem consciência das suas necessidades e a transformar essa realidade para que ela corresponda, cada vez mais às suas necessidades.

Pode dizer-se que a «Pedagogia» de Paulo Freire contribui consideravelmente para a emancipação dos povos latino-americanos, despertando neles as suas potencialidades e criações originais. Porque hoje se exprime com maior força a exigência dos países, longamente despojados pelo colonialismo, da sua própria Cultura, da sua civilização, de não serem já tratados como objectos manipuláveis mas de se tornarem sujeitos da sua própria História, criadores do Mundo e de si mesmos.

JOSÉ ZENHA

CORFI
ORGANIZAÇÕES INDUSTRIAIS
TÊXTEIS
MANUEL DE OLIVEIRA VIOLAS
S.A.R.L.

SILVALDE—ESPINHO

CONVOCATÓRIA

Convoco, nos termos do disposto no artigo 24.º dos estatutos, os Senhores Accionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária no dia 27 de Março de 1975, pelas 15 horas da tarde, na sede social, no lugar de Santa Cruz, freguesia de Silvalde, concelho de Espinho, com a seguinte ordem de trabalhos:

Discutir, aprovar ou modificar o relatório e contas da Administração e o parecer do conselho fiscal relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1974.

Silvalde — Espinho, 12 de Fevereiro de 1975.

O Presidente da Assembleia Geral

Amadeu Alves Morais

FIM DE
SEMANA

. 91

O HOSPITAL DE ESPINHO (2)

Na sequência do inquérito que nos propusemos realizar sobre o funcionamento do Hospital de Espinho, e após o depoimento do senhor Alberto Alves que aqui registámos há uma semana, deslocámo-nos ao Hospital no intuito de recolhermos as impressões dos seus trabalhadores. Para isso, contámos com a melhor colaboração dos senhores António Jesus (Juca), chefe dos enfermeiros, e António Gomes da Silva, representante dos mesmos enfermeiros na Comissão Executiva do Hospital. Postos ao corrente da nossa expectativa de sermos esclarecidos quanto aos problemas específicos dos trabalhadores e seu enquadramento na vida hospitalar, começou por nos declarar o senhor António Jesus:

A. J. — *A uma análise da situação dos enfermeiros e até do restante pessoal de apoio, não poderá ficar alheia uma clara denúncia de todo o esquema de estruturação dos serviços de saúde pública à escala nacional. Na verdade, nem sequer se devia falar de estruturação, pois é algo que de facto não existe. No que respeita à unidade hospitalares depara-se com o seguinte: meia dúzia de Hospitais Centrais no Porto, Coimbra e Lisboa, melhor apetrechados que todos os outros, mas nitidamente sobrecarregados com a avalanche de população que a eles acorre; hospitais de nível concelhio, bastante isolados, que, como o nosso, enquadram-se por vastas regiões periféricas, se vêem igualmente assoberbados com serviço para o qual não estão preparados. Sentimos particularmente a gravidade da situação, pois somos verdadeiramente asfixiados pela procura das populações dos concelhos limítrofes. Concretamente o serviço de urgência que é demasiado exiguo em instalações e pessoal para atender a todas as solicitações. A própria localização do Hospital, junto de uma estrada de grande movimento e encaixado numa zona industrial, ajudará a compreender ainda melhor os nossos problemas.*

A. S. — *Será importante referir também as diferenças entre os enfermeiros que trabalham nos Hospitais Centrais, que aí desenvolvem actividades bem específicas, e aqueles que, como nós, se vêem obrigados a cobrir indiferenciadamente todo o tipo de serviços. Acontece, por vezes, que estes enfermeiros, e após grande tempo de actividade, adquirem uma razoável competência profissional. Nos Hospitais Centrais são altamente condicionados a sectores, que lhes limitam qualquer hipótese de realização profissional noutros serviços clínicos onde poderiam eventualmente evoluir. Repare-se que o que está aqui em causa é o regime de trabalho e não necessariamente a capacidade ou boa-vontade das pessoas. Apesar desta diferença, que se poderá mesmo chamar de vantagem, o certo é que os enfermeiros dos hospitais menores enfrentam muito maiores dificuldades de adaptação aos vários serviços que o sistema de trabalho lhes exige. Por isso, são muitos os casos de abandono de carreira, pois só uma grande dedicação e gosto pelo trabalho permitem aguentar um tal regime.*

O SERVIÇO DE URGÊNCIA

D. E. — Poder-se-á concluir que é no

um mês depois num suplemento com data muito anterior.

Chegou-se até à gracinha de, na regulamentação das eleições das Câmaras dos Solicitadores, a lei que reformou o processo da eleição fixar como prazo da apresentação das candidaturas o dia 20 de Dezembro e ter sido publicada em 22 dois dias depois.

Assim se arranjaram as revoltas das cadeias no verão passado quando com a lei anunciada de amnistia, e que um mês passado ainda não fora publicada...

Agora venham chamar-nos más línguas...

5.

Na noite de 10 para 11, ouvimos de um soldado, entrevistado num baile carnavalesco na Covilhã pela E.N. que o Carnaval é uma válvula de escape, e, por isso mesmo, era mais necessário antes do 25 de Abril do que agora.

Isso exprime o que já tínhamos notado e pensado: antes do 25 de Abril, com todas as limitações que as forças do Governo lhe impunham, as manifestações carnavalescas eram muito mais numerosas e tinham mais força e impacto do que este ano, em que nada as impede.

Também há que atender a que o tempo, especialmente entre nós, não puxa muito para festas...

11-2-75

Vasco Luís

serviço de urgência que emergem mais flagrantemente as deficiências do Hospital?

A. J. — *A falta de médicos permanentes e exclusivamente ao serviço do Hospital faz-se sentir, dum modo geral, em todos os serviços. Assim, por exemplo, os doentes internados estão a grande maioria do tempo ao cuidado do pessoal de enfermagem que assim substitui a prestação dum médico que muitas vezes se poderia considerar indispensável. Mas é realmente no serviço de urgência que as dificuldades são maiores. Suponha o caso muito vulgar dum doente politraumatizado. Dada a gravidade do seu estado, para além dum corpo de enfermeiros, torna-se necessária a presença de toda uma equipa de médicos, com diferentes especialidades, de modo a haver uma assistência imediata e eficiente. Na realidade, o único médico em serviço de urgência, e apesar de toda a sua boa-vontade, não pode assegurar a devida assistência a casos em que a sua competência é ultrapassada. É evidente que um médico não pode ser especialista em todas as especialidades e, mesmo que o fosse, não poderia, por exemplo, desempenhar simultaneamente o papel de anestesista e cirurgião. Podem-se adivinhar as situações de embaraço que nos deparam constantemente.*

A. S. — *Para além disso, imagine-se o que sucede quando os doentes aparecem aos pares ou mesmo em maior número. A exiguidade das instalações do serviço chega a forçar o tratamento dos sinistrados noutras dependências do Hospital. Parece-me importante referir ainda um outro facto adicional e que aliás não é nosso exclusivo, pois sucede à escala nacional. Como se sabe, o serviço de consultas da Caixa de Previdência é altamente deficiente e moroso. Sucede que todas as consultas que deveriam ter prioridade, e que não serão necessariamente de grande urgência, vão recair sobre o nosso serviço de urgência, que assim vê ainda mais limitadas as suas disponibilidades em pessoal e instalações.*

D. E. — Não funcionará, ou poderá funcionar, o Centro de Saúde de Espinho como um posto de desvio dessas consultas que vos sobrecarregam?

A. S. — *Infelizmente não. O Centro de Saúde faz reservar toda a sua actividade ao campo da medicina preventiva. Os casos que aqui aparecem exigem intervenção ou consultas de carácter terapêutico.*

A CAPACIDADE DO HOSPITAL

A. J. — *Ainda relacionado com o serviço de urgência, temos o problema do número de camas disponíveis. Para além de todos outros casos de recuperação clínica, muitos dos doentes que passam pelo serviço de urgência, necessitam de imediato internamento. A escassez das camas por vezes não o permite, pelo que esses doentes não podem ser recolhidos e têm de ser enviados para outras unidades hospitalares. Contribuindo muitas vezes para essas situações deploráveis, temos um número considerável de doentes não recuperáveis, normalmente por doenças de velhice. Essas pessoas, que realmente precisam de cuidados e vigilância médica, deveriam ter à sua disposição Instituições Hospitalares oficiais, especialmente indicadas para o efeito. Deste modo, temos várias camas ocupadas 365 dias por ano, que poderiam ser porventura mais úteis na recuperação de outros doentes e em maior número. Mas é evidente que essas pessoas não têm por enquanto qualquer outra alternativa.*

«VEMO-NOS OBRIGADOS A OUTROS TRABALHOS, EXTRA-HOSPITAL»

D. E. — Como encaram a actual situação dos enfermeiros, no que diz respeito a condições e ritmo de trabalho e aos salários auferidos?

A. S. — *Não existem dúvidas que a profissão de enfermeiro, só por si, exige à partida um grande espírito de sacrifício. Aliado a este carácter intrínseco à natureza da profissão, não podemos, de modo algum, continuar a sujeitarmo-nos a uma remuneração que, muitas vezes, nos obriga a outros trabalhos extra-hospitalar que nos impõem um horário duro e desregrado. A nível do Hospital de Espinho, e logo após o 25 de Abril, reunimo-nos e, assim como todo o outro o pessoal de apoio, elegemos os nossos representantes para as Comissões Executiva e Administrativa. Apresentámos o nosso caderno reivindicativo, que, na medida do possível foi satisfeito. O que não quer dizer que a nossa situação esteja resolvida. Sobre a luta dos enfer-*

meiros a nível nacional, não estou suficientemente habilitado a dar um perfeito esclarecimento, pois ela tem-se desenrolado sobretudo a nível dos Hospitais Centrais.

Houve, porém, nos últimos tempos uma grande celeuma devido à discriminação existente entre os enfermeiros e os auxiliares de enfermagem. Os primeiros, para frequentarem o seu curso, necessitavam do 5.º ano, enquanto aos auxiliares de enfermagem apenas se exigia o ciclo preparatório para a frequência do respectivo curso. No entanto, e após entrada em funções, os serviços desempenhados eram precisamente os mesmos, apesar das remunerações serem diferentes. Essa discriminação ia mesmo ao ponto de distinguir entre os auxiliares de 1.ª e 2.ª, com ordenados diversos. Foi contra esta situação que se insurgiram os auxiliares, em geral, tendo-lhes, finalmente, sido feita justiça.

«OS QUE CRITICAM, DEVIAM TAMBÉM FAZER AUTO-CRÍTICA»

D. E. — Tem corrido uma certas «histórias» acerca do serviço de urgência. O que nos podem dizer sobre isto?

A. J. — *É certo que se contam muitas histórias, mas nós também teríamos umas outras a contar. A verdade é que as pessoas têm um sentido hiper-crítico, mas o mesmo já não sucede com a auto-crítica. Mas o que mais lamento é que, quantas das vezes, se procure o sensacionalismo estéril, com ataques nos jornais, que só a incompreensão pode ditar. Não digo que algum dos trabalhadores deste Hospital esteja isento de erros. Simplesmente, parece importante realçar que há um erro de princípio: se é certo que a assistência em determinados serviços é má, isso deve-se fundamentalmente PORQUE O SISTEMA ESTÁ ERRADO E NÃO AS PESSOAS, QUE SÃO TAMBÉM VÍTIMAS DO MESMO.*

Há lugares de grande responsabilidade, como o de porteiro, para os quais não se podem exigir pessoas com preparação especial, se atendermos à remuneração oferecida. No actual sistema, não se pode pretender, por exemplo, que um porteiro seja diplomado em Psicologia. Se o primeiro impacto, na recepção, é mau, a situação começa desde logo a degradar-se. Mas repare-se que os problemas surgem mais frequentemente com os acompanhantes, do que com os próprios doentes. O que é necessário é que, embora o estado de espírito muitas vezes não ajude, haja uma maior compreensão para as dificuldades e limitações dos que aqui trabalham. Claro que tudo isto está errado, mas todos nós temos que contribuir para que situações dessas não se repitam. Para isso, todos nós temos que desenvolver um grande esforço para modificar o essencial: o sistema.

D. E. — Nota-se uma diminuição latente do pessoal de enfermagem religioso no Hospital de Espinho. O que terá contribuído para isso?

A. S. — *Não se pode dizer que esse pessoal religioso tenha vindo a ser afastado pelo pessoal laico. O que acontece é que, segundo creio, as associações religiosas têm-se vindo a debater com falta de elementos. Isso tem contribuído para que o aparecimento de outras pessoas tenha sido devido à criação de vagas. Embora o serviço não tenha piorado, as dificuldades continuam, pois os cursos de enfermagem não fornecem diplomados com a necessária preparação técnica. É outra situação a rever.*

Quando inquiridos sobre a qualidade da alimentação, os entrevistados convidaram-nos a visitar a enfermaria. Aí, sobre esse assunto, pedimos a opinião de vários doentes, que foram unânimes em considerar a alimentação satisfatória. Fomos informados, a propósito, que os Hospitais Centrais, devido à sua grande capacidade, se debatem com graves problemas neste aspecto, tendo sido já levantada a hipótese de utilizar a liofilização. É este, felizmente, um dos problemas com que o Hospital de Espinho não se debate.

A concluir a nossa reportagem, tivemos a oportunidade de visitar as instalações do serviço de urgência, cuja exiguidade e falta de equipamento estava bem patente.

Damos assim por concluída esta nossa visita ao Hospital. Esperamos, entretanto, concluir este ciclo, falando com um médico, que ali preste serviço, muito provavelmente com o doutor Moreira da Costa.

V. S. e F. N.

1.

Sempre este país foi fértil em boatos. São o mais disparatados e mais inverosímeis.

E no momento actual, de luta partidária de sapa, desnorream toda a gente.

Há um remédio só: não os ouvirmos. Sistematicamente não acreditar. Nem pensar mais no que nos dizem como «absolutamente verídico», e aguardar os acontecimentos.

Isto para nosso próprio equilíbrio nervoso e para não prejudicarmos a nossa capacidade de discernimento e análise.

Para boatos — bastam já os que a imprensa estrangeira espalha acerca de nós.

2.

«Pois pus anúncio para a casa que acabei de construir. Os apartamentos são dois em cada andar — frente e trazeiras. Sala comum, um quarto, quarto de banho, cozinha. Estou a pedir 4.500\$00 por cada um; se quisesse, logo no primeiro dia tinha arrendado um, mas não me agradou o pretendente. Geralmente oferecem 3.500\$00. Estou a ver o que dá. Não, está enganado, tenho 120 dias de mercado livre para os prédios recém-construídos, mas a contar da data da licença de ocupação. Ora eu não requeri a licença de ocupação. Quando tiver tudo arrendado é que a peço. Pago a multa, mas veja quanto ganhei. Não, não, você sabe muito de leis, mas à cautelinha fui à Câmara perguntar se podia fazer assim e obtive a confirmação».

Como se vê, é fácil, facilímo, iludir o que dispõe o célebre 445/74.

3.

Mais um remendo nas hortas do direito: a suspensão das execuções de acções de despejo que se fundem em sublocação (e em certos casos de caducidade do arrendamento, pouco frequentes).

A primeira pergunta que surge é — se se suspende alguma coisa, porque suspender as execuções e não as acções? Porque, sem correr primeiro a acção, não há sentença. Para quê dispêndio de tempo e trabalho e dinheiro para magistrados, funcionários judiciais e partes, para o autor — senhorio, no fim da acção, ficar com uma sentença que lhe dá razão e ordena o despejo do prédio, para ficar com uma sentença muito linda para encaixilhar e que não pode fazer cumprir?

A segunda é esta: é assim que se resolve o problema das sublocações exploradoras e do Alojamento no Porto e concelhos limítrofes? É assim que se evita que 8 pessoas e mais vivam, durmam, cozinhem, comam, se lavem (ou não lavem), façam as necessidades num latão, tudo numa sala de 30 metros quadrados?

A terceira é: o regime aplica-se apenas ao Porto e às freguesias urbanas de certos concelhos e comarcas limítrofes; logo — a lei difere conforme as regiões do país. A continuar assim é preciso uma especialização jurídica para cada região do país. Em Gaia não se pode executar um despejo com fundamento em sublocação; mas em Espinho já se pode. E dentro de Gaia, em Sandim pode-se (porque é rural), mas em Avintes já não pode (porque é urbana). Temos de andar primeiro a saber quais são as freguesias rurais e quais as urbanas. E se acontecer em alguma como aqui, em Anta, onde uma parte é rural e outra é urbana?

Não, assim não vamos lá, só aumentamos o risco das confusões.

4.

A imprensa merece toda a consideração.

Mas por vezes abusa do sensacionalismo.

E a propósito da suspensão de tais despejos veio com grandes títulos: «SUSPENSOS OS DESPEJOS».

Claro: os inquilinos não leram mais nada. Para eles já não havia despejos; houve mesmo quem se aprontasse para não pagar mais a renda ao senhorio.

Os senhorios leram tudo e foram a correr aos advogados.

Mas os advogados prudentes já não vão nessas notícias e aguardam o «Diário do Governo». É que há um ministério, como o da Justiça, que deixa vir a notícia ao público de que vai ser remetida uma lei ao Diário do Governo, mas só é publicada

Cartório Notarial de Espinho

A cargo da notária Lic. Maria Fernanda de Vasconcelos de Aguiar da Fonseca e Castro.

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 4 de Fevereiro de 1975, lavrada de folhas 128 a 130 do livro de notas para escrituras diversas A-Número 39 deste Cartório Notarial de Espinho, os senhores ISAIAS DOMINGUES QUINTAS, AURORA PEREIRA DA SILVA, JOSÉ FERREIRA PEDRO e CLEMENTINA PEREIRA QUINTAS FERREIRA PEDRO, todos casados e residentes no lugar da Estrada, freguesia de Anta, deste concelho, constituíram entre si uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada que se regerá pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

Primeiro — A sociedade adopta a firma de «ISAIAS DOMINGUES QUINTAS & COMPANHIA, LIMITADA», e tem a sua sede e estabelecimento no lugar de Carvalhal, freguesia de Anta, deste concelho, e a sua duração é por tempo indeterminado.

Segundo — O seu objecto é o comércio e indústria de artigos de cartonagem e litografia, podendo entretanto dedicar-se a outra actividade comercial ou industrial em que os sócios acordem e seja permitida por lei.

Terceiro — O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de escudos 2 000 000\$00, e corresponde à soma das quotas dos sócios do seguinte modo: Isaias Domingues Quintas, com uma quota de 1 550 000\$00; Aurora Pereira da Silva, com uma quota de 150 000\$00; José Ferreira Pedro, com uma quota de esc. 150 000\$00; e Clementina Pereira Quintas Ferreira Pedro, com uma quota de 150 000\$00.

Quarto — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares de capital e poderão os mesmos sócios fazer suprimentos à sociedade de que esta carecer, uns e outros nas condições que a sociedade deliberar.

Quinto — A gerência da sociedade, dispensada de caução e com ou sem remuneração conforme vier a ser deliberado em assembleia geral, compete a todos os sócios, que desde já são nomeados gerentes.

Parágrafo único — Os actos de mero expediente podem ser assinados por qualquer dos gerentes, mas os actos que envolvam responsabilidade para a sociedade é indispensável e suficiente a assina-

tura do gerente Isaias Domingues Quintas.

Sexto — As cessões de quotas a estranhos dependem do consentimento dos sócios não cedentes.

Sétimo — É permitida a amortização de quotas no caso de morte ou interdição de qualquer sócio e quando se verifique a venda forçada da quota, devendo a deliberação sobre a amortização ser tomada no prazo de trinta dias a contar do conhecimento que a sociedade tenha de qualquer destes factos.

Parágrafo primeiro — O valor da quota, para efeitos de amortização, será o que resultar do último balanço aprovado.

Parágrafo segundo — O pagamento do valor de amortização e dos demais valores correspondentes à quota amortizada será feito em três prestações anuais e sucessivas, com vencimento em um de Janeiro do ano seguinte àquele em que se verificar o facto que permitiu a amortização.

Oitavo — Enquanto qualquer quota se mantiver indivisa os seus diversos comproprietários ou os diversos participantes no património em que ela estiver integrada designarão um de entre si que a todos represente na sociedade.

Nono — Todos os anos e até trinta e um de Março a sociedade reunirá em assembleia geral ordinária para apreciação e aprovação das contas do exercício anterior, sendo os resultados verificados distribuídos pelos sócios na proporção das suas quotas, depois de constituídos o fundo de reserva legal e outros considerados de utilidade para o desenvolvimento dos negócios.

Décimo — As assembleias gerais para que a lei não exija formalidades especiais poderão ser convocadas por simples carta registada com a antecedência mínima de oito dias.

Décimo primeiro — A sociedade poderá dissolver-se por simples vontade do sócio Isaias Domingues Quintas.

Está conforme ao original

Espinho e cartório notarial, cinco de Fevereiro de mil novecentos e setenta e cinco.

O Ajudante do Cartório
(José dos Santos Sil)

TELE-ROCHA

Rua 31 n.º 469
Telef. 920325-977

Importador Electrodomésticos EDESA
BOSCH — KREFFT — ARISTON

RÁDIO E T.V.: BLAUPUNKT — LOEWE-OPTA

INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS

CANALIZAÇÕES

CARTUCHOS COM MÚSICA 80\$00

CASSETES COM MÚSICA 60\$00

TÉCNICOS ELECTRÓNICA E ELECTRODOMÉSTICOS

MÓVEIS ● ALCATIFAS

PESSOAL PERMANENTE PARA ASSISTENCIA

GENTIL GOMES DA COSTA

PROPRIEDADES
COMPRA · VENDA

Rua Fernandes Tomás, 664
Telefs. 380834 · 311991 · 381032
PORTO



MEDIADOR AUTORIZADO

Segurança para o seu dinheiro, tranquilidade para si!

UM NOVO SERVIÇO BPA

cofres nocturnos e diurnos

Nas 24 horas do dia e nos 7 dias da semana
estamos abertos para receber os seus depósitos.
Agora com um sistema inédito em Portugal.

o BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO

oferece-lhe a tranquilidade
de saber que fica em segurança o produto de um dia de trabalho.

Espanha — a agonia de um regime

Em Barcelona, 7300 operários da SEAT entram em greve sendo despedidos por esta Companhia 398 e suspensos 1900; 3000 operários da Hispano-Olivetti estão também em greve; em Pamplona, 1000 operários são suspensos sem direito a salário; nas Astúrias, 100 000 metalúrgicos e mineiros das minas de carvão suspendem o trabalho; em Navarra, greve iniciada por 7000 operários que se estende a 20 empresas, sendo despedidos 1000 trabalhadores. Violentas confrontações entre os trabalhadores e a Polícia; milhares de estudantes também em greve, 5 Faculdades são fechadas.

Isto é o balanço incompleto de apenas dois meses, Janeiro e Fevereiro de 1975, de um regime que tem os seus dias, contados. Efectivamente, em Espanha, o regime franquista, último baluarte do fascismo na Europa, mostra-se desorientado e, apesar de toda a sua demagogia, e de tentativas no sentido de iludir uma situação que o ultrapassa, de aplicar medidas pseudo-liberalizantes do sistema, os próprios governantes não conseguem esconder uma certa intranquilidade. Ainda há bem pouco tempo, numa entrevista concedida ao jornal «ABC» Arias Navarro, primeiro-ministro espanhol, confessou não estar «nada satisfeito como as coisas estão a correr» e que «considero tudo isto um desafio ao Estado e às suas instituições», o que significa o reconhecimento por parte daquele destacado membro do regime fascista espanhol de que o Povo se mobiliza

contra a ditadura. Entretanto, num lance desesperado, Franco envia tropas para Ceuta no propósito evidente de desviar tanto as atenções internacionais como também de desmobilizar as massas populares sob o pretexto duma guerra nacional. Mas a manobra de Franco resultará falhada, tal como o resultaram as manobras de Marcelo Caetano, de Hitler ou de Mussolini, tal como o resultarão todas as manobras de todas as ditaduras fascistas, pois a vontade do Povo acabará por prevalecer.

O 25 de Abril português acelerou, indubitavelmente, o processo pré-revolucionário que trará ao Povo Espanhol a sua libertação. O movimento popular alastra por todo o País em greves e manifestações nas fábricas, nas Universidades, nos meios artísticos e católicos. Operários, camponeses, estudantes, intelectuais e Padres, lutam lado a lado para o derrube de uma ditadura que já dura há demasiado tempo. Entretanto, a Polícia e a PIDE espanhola prendem e torturam populares sem conta nem medida e os Tribunais aplicam penas de prisão desmesuradas como é o caso da pena de 20 anos aplicada ao Padre Francisco Salvo por actividade sindical!

O Povo Espanhol está em luta e a sua luta é muito semelhante à nossa, pois é pela liquidação do monstro do fascismo que nós, Portugueses, tão bem conhecemos. Sejamos solidários com o Povo Espanhol!

J. M.

A CIA actua no Peru!

Em 3 de Outubro de 1968, as Forças Armadas Peruanas tomaram o poder, instaurando progressivamente um regime de esquerda, que se pode nominar de original, pela sua obediência a «uma revolução nacionalista e humanística, nem capitalista nem comunista». Porém, o Presidente Juan Velasco Alvarado já se solidarizou, várias vezes, com a via chilena para o Socialismo.

Aliás, o Governo dos militares progressistas e das forças de esquerda instalado em Lima, capital do Peru, é prova real das palavras do seu Presidente. Desde então, profundas reformas se verificaram no Peru, salientando-se o entrave à oligarquia rural. Grandes áreas de terra foram entregues aos camponeses, estabeleceram-se cooperativas agrícolas, nacionalizaram-se grandes empresas internacionais, jornais, bancos, e tornou-se o Ensino gratuito.

A Junta Revolucionária Peruana vem, assim, cumprindo a suprema vontade popular. Os índios, por exemplo, que sempre foram desprezados, não só pelo seu afastamento da capital, mas também pelo seu modo de vida que muito se assemelhava ao da Idade Média, têm hoje uma admiração e gratidão inegáveis pelo Governo Revolucionário. É também notável a maneira como a Igreja recebeu a Revolução e preconiza a sua continuidade.

Em face de todas estas reformas e impedido de prosseguir a sua exploração sobre o povo peruano, Washington colocou Lima na «agenda de trabalhos» da CIA. Apesar das suas relações com o Peru estarem tensas, nos últimos anos teria havido melhoramento.

É no meio de toda esta política que, em 3 de Fevereiro, a Guarda Nacional inicia uma greve em Lima, reivindicando aumento de salários e o saneamento de um General que exerce as funções de Comandante da Polícia. Dois dias depois, e como os assaltos e roubos crescessem infinitamente, o General Alvarado suspende as liberdades fundamentais, proclama o recolher obrigatório e ordena o ataque do exército à Guarda aquartelada. Consequentemente, uma onda de motins invade a capital, lançando fogo a jornais e destruindo instalações. Quem comandava estes motins? Segundo averiguações, nada mais nada menos que al-

guns servos da CIA, que em 1973 actuaram no Chile. E assim que os diários denunciavam a greve da Polícia, acusando-a de controlada pelos americanos, que tudo tentam para derubar o Presidente Alvarado e o seu Governo, e reimpôr o imperialismo ianque.

Mas no dia 7 de Fevereiro, Lima acordou em silêncio e a Guarda Civil reiniciou o seu papel cívico (?), assistindo às consequências desastrosas da sua malograda greve.

Mais uma vez, a força da vontade dos que trabalham no Peru, venceu a tentativa contra-revolucionária dos que querem fazer desta Nação uma colónia de escravos.

MANUEL LOPES

I. I. I.

INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS E IMOBILIÁRIOS, S.A.R.L.

SILVALDE—ESPINHO

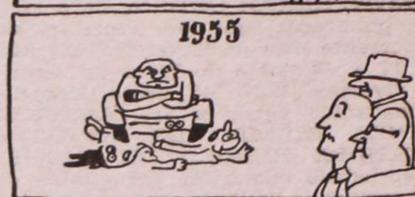
CONVOCATÓRIA

Convoco, nos termos do disposto no artigo 24.º dos estatutos, os Senhores Accionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária no dia 24 de Março de 1975, pelas 15 horas da tarde, na sede social, no lugar de Santa Cruz, freguesia de Silvalde, concelho de Espinho, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — Discutir, aprovar ou modificar o relatório e contas da administração e o parecer do conselho fiscal relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1974.
- 2 — Eleição de novos órgãos sociais;
- 3 — Tratar de qualquer outro assunto de interesse para a Sociedade.

Silvalde — Espinho, 12 de Fevereiro de 1975.

O Presidente da Assembleia Geral
Amadeu Alves Morais



PORTA ABERTA

«ARMAS IGUAIS»

Na qualidade de colaborador deste jornal não necessitava de recorrer a esta secção, mas faço-o porque pretendo dar iguais possibilidades às pessoas que entendam esclarecer à sua maneira qualquer opinião minha, que possa estar ou não de acordo com os interesses da colectividade.

Isto vem a propósito de informações que me vêm chegando, quanto à leitura e possíveis comentários da minha notícia, publicada no número anterior, com o título «A vontade do Povo», isto no decorrer de uma missa celebrada, no passado domingo, pelo Pároco desta freguesia.

É certo que me baseio apenas em informações, que podem já vir deturpadas, porque aceito que, como diz o ditado, quem conta um conto aumenta um ponço, mas muitas vezes não só é grave aquilo que se diz, como o conceito que os outros acabam por fazer. Mas, como agora todos temos liberdade de expressão, sem esquecer que isso também im-

plica numa correspondente responsabilidade, nada tenho a opôr a essa liberdade.

Porém, ao contrário do que tenho feito, porque nunca manifestei publicamente o desacordo que impera em muitas pessoas desta freguesia, devido a ser utilizada a missa para os mais diversos comentários, que interessaria mais fossem feitos em lugares onde pudessem ser apresentadas opiniões divergentes, venho manifestar a minha opinião de que importa mais passar a utilizar processos onde os atingidos se possam defender com «armas iguais» e lembro que este jornal tem ao dispor de todos a secção PORTA ABERTA.

Quanto à minha referida notícia, confirmo-a e responsabilizo-me inteiramente por ela e até procuro tornar mais clara a sua intenção, através da parte final do artigo que neste número se publica, na secção VIDA REGIONAL, com o título HABITAÇÃO.

Domingos Monteiro

VIDA REGIONAL

HABITAÇÃO

A falta de casas, em número suficiente e com o mínimo de condições, é um problema grave que aflige o País e no caso particular também esta freguesia.

Interessa pois, dentro dos recursos disponíveis, dar auxílio para a construção aos verdadeiramente necessitados.

No caso de Paramos, em minha opinião, os processos que tem sido utilizados, mesmo depois do 25 de Abril, não contribuem para o referido auxílio a nível colectivo, mas apenas para alguns casos justos e duma maneira especial para grandes beneficiários àqueles que menos precisam.

Por essa razão, numa Assembleia recentemente realizada, já lamentei que a actual Comissão Administrativa da Junta de Freguesia não se tenha debruçado convenientemente sobre um comunicado, entregue em 17 de Dezembro de 1974, acerca do assunto.

Espera-se que isso não demore muito, para que as pessoas necessi-

tadas de construir possam dispôr de terreno a preço acessível, servido com os convenientes requisitos sociais, que, nesse caso, devem ser pagos pelas autarquias locais, por forma a poder ser vencida a primeira grande necessidade de muitos (arranjar onde construir) pois, para uma grande parte dos necessitados, a solução de autorizar construções onde existam ruas ou estradas, não chega a resolver nada, atendendo aos preços, normalmente especulativos, porque os senhores proprietários pretendem vender os terrenos, após os mesmos serem considerados aptos para construção.

Evidentemente, considero justíssimas as pretensões daqueles que lutam para poderem construir nos terrenos que possuem, quando servidos com o mínimo de condições necessárias, mas há que distinguir entre pretensões justas e pretensões oportunistas que se pretendam apoiadas pelo Povo insuficientemente esclarecido.

Domingos Monteiro

4.º Cartório Notarial do Porto

Notariado Português — 4.º Cartório Notarial do Porto — Notário Licenciado José Ferreira Paixão — Rua de José Falcão, N.º 15-1.º

CERTIFICADO: Certifico, para efeitos de publicação, que, por escritura de 5 do corrente mês de Fevereiro, lavrada a fls. 17 e seguintes do Livro de «escrituras diversas» D-N.º 43, deste Cartório, foi constituída entre os srs. ANTONIO VENTURA RIBEIRO DE MATOS e ALEXANDRE RIBEIRO DE MATOS, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que será regida pelos seguintes:

ESTATUTOS

ART.º 1.º — A sociedade adopta a firma «ANTONIO MATOS, LIMITADA», e tem a sua sede, escritórios e estabelecimento, no lugar de SALES freguesia de SILVALDE, do concelho de ESPINHO.

§ 1.º — A sociedade pode todavia deslocar a sua sede, dentro da mesma localidade, e criar ou extinguir filiais ou outras formas de representação, por simples deliberação da assembleia geral.

ART.º 2.º — A duração da sociedade é por tempo indeterminado, e com início a contar de 1 de Janeiro de 1975.

ART.º 3.º — O seu objecto é o fabrico e o comércio de plásticos e espumas sintéticas e seus derivados e similares, podendo a sociedade também explorar quaisquer outros ramos de indústria ou comércio, permitidos por lei, que a assembleia geral delibere.

ART.º 4.º — O capital social é de 10 000 000\$00 e corresponde à soma das duas quotas seguintes: uma quota de 9 900 000\$00 pertencente ao sócio António Ventura Ribeiro de Matos, e uma quota de 100 000\$00 pertencente ao sócio Alexandre Ribeiro de Matos.

§ 1.º — A quota do sócio ANTONIO VENTURA RIBEIRO DE MATOS, é e fica inteiramente realizada com a entrada que faz para a sociedade do seu estabelecimento industrial de plásticos e espumas, e seus derivados e similares, denominado «CETAP-CENTRO TÉCNICO DE APLICAÇÃO DE PLÁSTICOS», de que este sócio é dono e possuidor e tem vindo a explorar, em seu nome individual, instalado nos prédios, também de sua pertença, situados no lugar de SALES, freguesia de SILVALDE, do Concelho de ESPINHO, seguintes: a) no prédio urbano que confronta do norte com caminho público, do sul com herdeiros de António Alves Gomes e outros, de nascente com o proprietário e do poente com Nicolau Pereira Bernardes, inscrito na respectiva matriz sob o artigo mil trezentos e quarenta e sete; b) no prédio urbano que confronta do Norte com o caminho público, do sul com herdeiros de António Alves Gomes e outros, e de nascente e poente com o proprietário, inscrito na respectiva matriz sob o artigo mil trezentos e quarenta e oito; c) no prédio urbano que confronta do nascente com herdeiros de Carlos Pinto de Sá, do norte com caminho e do sul e poente com António Ventura Ribeiro de Matos, inscrito na matriz sob o artigo mil trezentos e quarenta e nove; d) no prédio rústico que confronta de norte com a Fábrica «Euros-puma» do sul com regueira, de nascente com Américo da Costa e do poente com o valado, inscrito na respectiva matriz sob o artigo trezentos e quarenta e cinco; e, e) no prédio rústico que confronta do norte com o caminho, do sul com a regueira, do nascente com a «Euros-puma», e do poente com Ana Gomes Pereira, inscrito no artigo trezentos e oitenta e cinco; e ainda mais instalado no corpo ou parte central do prédio urbano situado no lugar da Marinha, da mesma freguesia de Silvalde, concelho de Espinho, e que confronta, o prédio todo, do norte e nascente com Manuel Ferreira do Couto, do sul com caminho público e do poente com a Rua, inscrito na respectiva matriz sob o artigo mil trezentos e cinco, parte central dessa deste prédio que tem tomada de arrendamento pela escritura de 1 de Fevereiro de 1970, lavrada a fls 19 v.º e seguintes do Livro de escrituras diversas C — n.º 24, do Cartório Notarial de Espinho. Este sócio transfere, assim, este seu estabelecimento industrial para a sociedade, em realização da referida sua quota, com todo o activo e passivo do mesmo, excluída apenas a propriedade dos sobreditos prédios de sua pertença em que se encontra instalado, mas já incluído, designadamente, o direito ao arrendamento do prédio acima referido em último lugar, e também incluído, designadamente, o saldo devedor deste mesmo

sócio ao referido estabelecimento, em 31 de Dezembro de 1974 constante da sua quota pessoal de «devedores e credores», da escrita do citado estabelecimento. Este estabelecimento é deste modo transferido para a sociedade, nestes indicados termos, no valor atribuído, líquido do passivo, de 14 000 000\$00, importância esta constitutiva da diferença entre o activo e o passivo do mesmo; e porque aquele valor atribuído, líquido, de catorze milhões de escudos, excede em quatro milhões e cem mil escudos, o valor da sua quota, será este excesso levado a crédito deste sócio vencendo o juro legal.

§ 2.º — A quota do sócio Alexandre Ribeiro de Matos acha-se totalmente realizada em dinheiro, já entrado na caixa social.

ART.º 5.º — Os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que esta carecer, nas condições de juro e de reembolso fixados pela assembleia geral.

ART.º 6.º — A GERÊNCIA, dispensada de caução, cabe a ambos os sócios. E em ampliação dos seus poderes normais, os gerentes poderão: a) comprar, trocar e vender viaturas automóveis para e da sociedade; b) tomar de arrendamento para a sociedade quaisquer locais, ou por trespasse ou à exploração, quaisquer estabelecimentos, e alterar e distritar os respectivos contratos; c) confessar, desistir e transigir em Juízo.

§ 1.º — Os gerentes poderão delegar os seus poderes, no todo ou em parte, mesmo em pessoas estranhas à sociedade, com o acordo de todos os sócios.

§ 2.º — Todos os documentos oficiais, mesmo os de responsabilidade, podem ser assinados por um só dos gerentes, indistintamente, ou pelo delegado de um deles conjuntamente com um delegado do outro.

§ 3.º — O gerentes perceberão as remunerações que forem fixadas em assembleia geral;

§ 4.º — É vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos seus objectos e fins, como letras de favor, fianças, abonações e semelhantes.

ART.º 7.º — A sociedade poderá encarregar outras pessoas, além dos seus gerentes, do desempenho constante, em seu nome e por sua conta, de algum ou alguns dos ramos da sua actividade.

ART.º 8.º — Entre sócios, assim como em favor de conjuges ou parentes, em linha recta, de sócios, é livre a cessão de quotas, no todo ou em parte, ficando também dispensado o consentimento especial da sociedade para as divisões para tanto necessárias. E o sócio António Ventura Ribeiro de Matos ainda também poderá livremente proceder à divisão da sua quota para efeito de fazer cessões de quotas até ao limite de 1 000 000\$00, no total, a colaboradores da sociedade.

§ único: — Em todos os outros casos, as cessões de quotas carecem de ser consentidas pela sociedade, e os sócios não cedentes, em primeiro lugar e a sociedade em segundo lugar terão nelas o direito de preferência, devendo aqueles, quando queiram usar deste direito, declará-lo no prazo de quinze dias a contar da data em que sejam notificados da pretendida cessão, e a sociedade, se for caso disso, nos quinze dias imediatos.

ART.º 9.º — As assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios com pelo menos quinze dias de antecedência, salvo as disposições da Lei imperativa.

ART.º 10.º — Dos lucros líquidos apurados anualmente serão retirados cinco por cento para fundo de reserva legal, até sua formação e sempre que seja preciso reintegrá-lo; serão mais retiradas as quantias que forem votadas em assembleia geral para fundos especiais; e poderá ainda a sociedade distribuir até 10 por cento dos lucros pelos seus colaboradores, que a assembleia geral determinar e mediante condições que para cada caso forem fixadas; e o sobranço será dividido pelos sócios na proporção das suas quotas.

ART.º 11.º — A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio que for penhorada ou arrastada, pagando como preço da amortização o valor que para a quota resulte em face do último balanço aprovado.

Pecados inconfessáveis... de quem?

(Continuação da página 10)

Entretanto o ambiente complicava-se. As pessoas empurravam-se, gritavam, protestavam — todos queriam o papelinho que lhes desse acesso ao Fruto Proibido. Metemo-nos novamente entre as muitas pessoas. Ouvimos uns insultos por pensarem que estávamos a passar à frente e convidamos um outro senhor a dar-nos as suas impressões:

D.E. — Então o que é que o traz aqui? — Comprar um bilhete para logo à noite. O filme vem rotulado de bastante bom e quero aproveitar.

D.E. — Concerteza sabe de que género de filme se trata...

— Sim, já ouvi dizer alguma coisa. Mas não é por ser de sexo que eu venho cá. Não há essa razão especial.

Se havia outra não disse. Quem adivinha?

Enquanto falávamos com o anterior entrevistado, uma senhora, ainda nova, ria-se a bom rir, ao ouvir as perguntas e respostas. Aí o repórter pensou: «Esta deve ter que contar». E lá fomos:

D.E. — O que é que a atrai neste filme?

— Bem, quero vê-lo novamente. Tem uma boa história («eu não dizia?») e um final interessante. («olá, por esta não esperava»). Merece ser visto por homens e mulheres. Aconselho-o vivamente.

Nesta altura quase foi o fim da reportagem, pois o «conselho» entusiasmou-nos. Conseguimos porém, à custa de muito profissionalismo, resistir à tentação e ir para a redacção compor esta linda prosa. Não sem que ainda nos fosse afirmado por um senhor de idade que o filme podia a ajudar a «malta nova», embora nem todos es-

tivessem preparados para o ver. Acrescentou ainda, no meio de risos, que «no meu tempo não precisava de vir ver isto, esta malta de agora é que não sabe nada, eu cá é que lhes podia ensinar umas coisas». Ainda estivemos tentados a pedir-lhe que fosse dizendo como era, que era «para a gente pôr no jornal e ensinar o pessoal», mas, enfim, estava a ficar tarde.

E se falássemos a sério, para acabar? É que colocados perante estas afirmações somos levados a concluir que estas pessoas foram ao cinema sem motivação muito determinada. Quer-nos parecer, porém, que as verdadeiras razões que levaram aquela pequena multidão a arrastar com a chuva para adquirir o seu bilhete não foram senão esbocadas. O êxito do filme em Lisboa, a larga publicidade que lhe é feita (a qual faz recair todo o interesse da «fita» numa exibição abundante de cenas mais ou menos pornográficas, em que a mulher aparece geralmente reduzida à condição de objecto de prazer reservado aos desejos de todos os homens que lhe aparecem no caminho), o título provocante e insinuante são supomos, as verdadeiras razões. Os pecados de uma senhora bem dariam de certeza um bom tema para um filme, mas isso exigiria que fossem apontados os verdadeiros pecados desse tipo de elementos da sociedade. Mas não é isso que interessa, evidentemente, aos exploradores da arte do cinema. O que lhes interessa é, exclusivamente, o lucro, e para isso não lhes repugna a exploração fácil de tantos complexos e tabus de uma sociedade ainda por libertar — e cuja libertação passará também por uma educação sexual desde tenra idade. Até lá, e antes de condenarmos as pessoas, condenemos os que conscientemente assim exploram a impreparação dum povo.

A. S.

Académica de Espinho — Novo rumo?

(Continuação da página DOIS)

que eles não queiram comercializar o seu trabalho. Mas parece-me que não lhes irá criar problemas de consciência o vender o seu trabalho às tais classes mais favorecidas, para virem a poder beneficiar as classes trabalhadoras, e portanto, com menos possibilidades.

A SITUAÇÃO DOS SÓCIOS

D.E. — Tu não pensas este ano fomentar outras actividades culturais, não previstas ainda pela Secção Cultural e utilizar essa Secção como instrumento de divulgação?

J. M. — Quanto a isso eu devo dizer que a Secção Cultural até agora não se tem preocupado muito com o sócio da AAE. Penso que ela deverá também trabalhar para ele. Ora, esse trabalho tem por finalidade educar o sócio como educa qualquer outra pessoa, e ao mesmo tempo mostrar-lhe um trabalho válido, que é executado dentro do Clube, e que o Clube se preocupa com ele. Há aqui uma dúvida que eu tenho: eu não sei se a Secção Cultural não realizou isso por o sócio não se interessar pelos problemas da AAE, (acredito que poderá ter sido isso) ou se terá sido por qualquer outro motivo. A verdade é que, para a grande maioria dos sócios só existe a Académica nos fins do mês, em que pagam a sua quota, e no fim do ano, em que vão às Assembleias Gerais, para eleições. Propriamente no que respeita à pergunta, entendo que só após estarem reestruturadas as actuais sub-seções é que devemos fomentar o aparecimento de novas actividades.

D.E. — Poderemos abordar então o aspecto social da AAE. O que é que a nova Direcção se propõe fazer para dar uma compensação aos seus sócios, que não seja unicamente a entrada gratuita nos jogos de hóquei?

J. M. — Pensamos utilizar, por exemplo, uma Secção de Xadrez mais bem estruturada, que possibilite ao sócio uma aprendizagem do Xadrez. A Secção de Xadrez, como sabes, está a trabalhar, mas

Vai conforme o original, a que me reporto.

Porto, Quarto Cartório Notarial, em dez de Fevereiro de mil novecentos e setenta e cinco.

O Ajudante do Cartório

Eduardo M. L. Vasconcelos

rá suceder este ano. Ela terá que ter mais apoio.

Devemos aproveitar melhor a nossa Sede para actividades várias, inclusivamente as da Secção Cultural (mesas-redondas, etc.). Aliás, ela tem-nas feito. Aproveito para fazer um reparo à massa associativa que pouco ou nenhum apoio tem dado a isso, como se viu, por exemplo, naquela mesa-redonda com o Papiniano Carlos, em que estava presente um associado. É lamentável. Temos uma Sede com óptimas condições, da qual o associado deve tirar todo o partido.

O Grupo Coral também deverá ser mais apoiado pela Direcção. Trabalhou até há coisa de um mês, mas depois parece que morreu. Talvez haja nisso uma deficiência de orientação, já que acho dever num primeiro passo, incentivar a prática do canto, e não, procurar valores excepcionais. Até porque também há nele, ou deverá haver, uma função de aprendizagem musical.

D.E. — A actual Direcção não tem em mente a reabertura dos Salões de Estudos gratuitos para os sócios e seus filhos, que existiram há tempos?

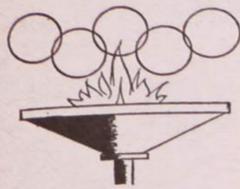
J. M. — Trata-se de um problema bastante complexo, pois que as possibilidades são bastante limitadas. Entendo que, a haver um Salão de Estudo, este deveria ser exclusivo aos associados e seus filhos. No entanto, dadas as limitações existentes, ver-nos-íamos obrigados a preterir os mais beneficiados, em favor dos filhos da classe trabalhadora. E isto porque estes, além de não terem possibilidades de contarem com um explicador particular não beneficiam de um ambiente familiar em que abunde a cultura. No entanto é uma hipótese a considerar.

«A ACADEMICA ISOLADA, SEM APOIO, POUCO MAIS PODERÁ DAR A ESPINHO»

D.E. — Outro aspecto ainda: em que medida é que a AAE pode contribuir para o melhoramento social da cidade?

J. M. — A Académica isolada, sem apoio, pouco mais poderá dar. Agora, em colaboração com determinadas entidades, ou Associações, ou Clubes, ou sociedades comerciais, muito mais poderá ser feito. O caso, por exemplo, da Solverde, que já tem dado bastante apoio à AAE, com a cedência da sala do Casino, com a cedência de números de variedades para as tardes infantis, estruturadas noutros moldes; isto é, não só com o fim de distração da criança, mas educando-a ao mesmo tempo. Aliás, é justo frisar aqui que a nossa Secção Cultural tem dedicado bastante aten-

(Conclui na pág. 9)



desporto



FUTEBOL

NACIONAL DA 1.ª DIVISÃO

S. C. Espinho, 1 — Boavista F. C., 6

E não há «mas», nem meio «mas»!

Encontro no CAMPO DA AVENIDA, em tarde desanuviada e com sol, terreno lamacento, cerca de 12 000 espectadores e uma receita jeitosa, apitando ISMAEL BAL-TASAR (Setúbal), ajudado por Vítor Costa (bancada) e António Rodrigues (peão), para as turmas formarem com:

SP. ESPINHO: Arménio; Meireles (Bené, 45 m.), Simplício, Gonçalves e Valdemar; Acácio, Ferreira da Costa e Hélder Ernesto; Gaúcho, Telé e Malagueta (Augusto, 45 m.).

Suplentes (também): Aníbal, João Carlos, Ribeirinho.

BOAVISTA: Botelho; Trindade, Carolino, Amândio e Tal; Celso, Alves e Francisco Mário (Moura, 85 m.); Mané, Salvador e Acácio (Praia, 66 m.).

Cartão amarelo: Acácio (Boavista) 27 m., mão intencional.

GOLOS: 16 m., 0-1: alívio torto da defesa local, Salvador «agradece», dá a MANÉ este fusila já na pequena área; 21 m.: 0-2: excelente jogada, com Salvador a centrar largo, defesa a ver, Francisco Mário a pular, cabeceia para trás e MANÉ remata em arco; 26 m. 0-3: centra Francisco Mário, a defesa fica nas «covas», Salvador «sobe» e cabeceia para o fundo; 29 m., 1-3: «brinde» de Amândio que falha no centro de Malagueta e GAÚCHO não perdoa, rematando como quis; 42 m., 1-4: Francisco Mário interna-se, vai à «linha» final, atrasa em «passé de morte» como mandam os livros e ACÁCIO fusila; 47 m., 1-5: Mané foge pela esquerda, desvença-se dos opositores, dá para ALVES, só, à entrada da área, domina e escolhe o sítio para colocar a bola nas malhas; 77 m., 1-6: recarga de Alves, sobra para FRANCISCO MÁRIO, toque subtil, habilidoso, e estava feito o resultado.

1 — Nada a opor ao resultado. Não há «mas, nem meio «mas». O Boavista abriu o livro, «fabricou» futebol, idem golos, aproveitou as ocasiões e ainda desaproveitou algumas. O «score» final nem é pesado. Até agora, a melhor equipa que pisou o «pelado» do «Avenida». «Pelado», que serviu de

desculpa para muitos encobrirem más exibições. E de resto, está estava lamacento.

2 — Razões para o descalabro dos «tigres»? Para nós, apenas uma: Boavista Mal comparado, lembramo-nos (salvo seja!) de um jogo de boxe. Um favorito, um candidato que tem muitas hipóteses. Este começa bem, procurando surpreender o antagonista. Ataca, leva-o ao «canto», dá alguns «golpes», mas não faz «mossa». O antagonista, calmo, aguenta o ímpeto, o entusiasmo, o querer. Espera o momento. E quando o vê chegado, aproveita, como aproveita os erros do «candidato». Então, abana-o com «três socos», lançando-o para o «KO» de que se salva, pela resistência de um querer, pelo facto, também do favorito optar pela exibição técnica da arte de bem jogar, em vez de «massacrar» mais.

3 — É claro, o Boavista era uma turma tranquilíssima, o Espinho tinha aquele jogo como «passaporte» para o futuro. Disposição psíquica e moral, diferentes. E a manobra táctica espinhense não surtiu. O golo, (avidamente) procurado não veio. Ao invés, os «axadrezados», em dez minutos, conseguiram três. E a sua manobra táctica, discernida, procurando fazer correr a bola, com outra dinâmica, com soluções esquemáticas estudadas e bem urdidas por executantes tecnicamente superiores, um futebol apoiado, de técnica dentro da velocidade, determinou a sorte do jogo.

4 — Como diria o nosso amigo Amaro: «não adianta chorá!» E não adianta, quando acontece assim. Quando acontece futebol, uma excelente exibição, um excelente espectáculo, para mais correctíssimo. Ganhou o melhor, em todos os capítulos. E não vale a pena falar de sorte e azar. Aliás, a equipa espinhense foi briosa, desportista, valorizando o espectáculo.

5 — Francisco Mário, Alves, Celso e Salvador, «eminências», um conjunto que demonstrou a força, a beleza, a expressão do colectivismo futebolístico; Gonçalves, Ferreira da Costa e Telé, a espaços, os mais certos de uma turma desencontrada.

6 — Boa arbitragem de Ismael Baltasar e parceiros. Um senão: interromper o jogo quando o Boavista fazia perigar a baliza local, para assistir a Alves caído na sua área desde o início dessa jogada. Interromper sim, antes ou depois, nunca naquela altura. E Alves até já se estava a erguer.

C. S.

ORA BOLAS!

As colunas deste periódico são (há fartos anos) testemunhas incontestáveis. Nos meus (modestos) artigos, referi, vezes sem conta, que outorgava o direito a todos de terem opinião contrária à minha. Não me custa (também já o demonstrei) fazer «mea culpa» ou corrigir ideias, se me demonstrarem que errei ou outras estão mais certas. Todavia, imponho que o façam no lugar certo, dentro do mesmo espírito do escrito e com argumentos iniludíveis como irrefutáveis. Blá-blá confuso, não chega!

Ora, parece que houve quem não gostasse do meu artigo, nas colunas da «DE», intitulado «Reflexões sobre uma Assembleia Geral». Até aí... Todavia, soava como lógico rebater-se aquele nas páginas deste periódico (aberto e sem censuras internas), pois, quem se sentiu atingido e achava preciso defender-se e esclarecer não podia olvidar que «DE» foi o veículo transportador, até ao conhecimento público, das minhas ideias que terão ferido (!) susceptibilidades e não estariam eventualmente certas.

Mas, não. Foi escolhida como tribuna para a defesa (de quê?) a última Assembleia Geral da AAE que, condenou (amavelmente) em suportar quase três quartos de hora de uma (pretensa) defesa-esclarecimento, deixando-a inserir (erradamente) no período destinado à discussão de «assuntos de interesse para a Colectividade».

Claro, como ali não era o local para

rebatê-lo ex-candidato a presidente da direcção, ouvi (contrariado), não compreendi (por mais esforço que fizesse) o que se pretendia explicar e gramei, como a plateia, um assunto sem interesse, deslocado, confuso.

Aliás, para além de alguns (pretensos) esclarecimentos que poderiam ser contrariados pelos acontecimentos passados no decurso das sessões anteriores da Assembleia, só um facto quero realçar.

Não será sonegar a ideia, o propósito, a verdade, de um artigo (quem garantia que a Assembleia o conhecesse?) ao ler-se apenas excertos (escolhidos) dele, para os (tentar) comentar a bel-talante, induzindo, logo e portanto, os presentes em erro?

Ora bolas! As coisas querem-se no seu lugar e se a esperança era de uma réplica naquela Assembleia, positivamente isso foi uma utopia!

A altura era de discussão de assuntos de interesse para o Clube! A «DE» não é o Clube! Um sócio não é um Clube! Um articulista de jornal não é o Clube! Um ex-candidato a presidente da direcção (mesmo considerando-se atacado) não é o Clube!

Ora bolas! Foram quase quarenta e cinco minutos tão mal perdidos, até porque (confesso) o meu discernimento (talvez pelo adiantado da hora) não me deixou perceber nada, mesmo nada, da finalidade da longa dialéctica! E tive pena.

CARLOS SARRIA

A AAE escolheu (por fim) os Corpos Gerentes—1975

Teve o seu epílogo (feliz) a mais longa Assembleia Geral do historial da Académica de Espinho. Cerca de sete horas, em três sessões, foi quanto demorou o acto. Desta feita, sabendo-se (de antemão) que não havia «luta» pelo «poder» na AAE, já que se conseguira uma lista de coligação, os associados não marcaram pela presença. Cerca de meia centena emolduravam a sala e a eleição (com 43 votantes), deu os resultados seguintes:

CORPOS GERENTES PARA 1975

Assembleia Geral

Presidente — Arq. Jerónimo Ferreira Reis (43);

Vice-Presidente — Higinio Ramalho Mendes (43);

1.º Secretário — Eng.º José Alberto Garcia Pinto Correia (42);

2.º Secretário — António Ferreira Gaio (43).

Conselho Fiscal

Presidente — António Alberto Alves (43);

Secretário — Fernando Monteiro Menezes (43);

Relator — António Ribeiro de Sá (42).

Direcção

Presidente — Jorge Nicolau da Costa Monteiro (42);

Vice-Presidente — Eng.º Guy Alberto Correia da Costa Viseu (42);

Tesoureiro — Adriano José de Campos Brandão (42);

1.º Secretário — José António Lima Cural (43);

2.º Secretário — Francisco Valente Correia Pinho (43);

Vogais — Adriano Moreira Correia Pinto e António José Mourão Lacerda (43);

Suplentes — Luís Alberto da Costa Monteiro, António Jorge de Castro, Adria-

no Antero Montenegro Vieira Cardoso (43) e Carlos Afonso Morais Gaio (41).

O Arq.º Jerónimo Reis, que era secretário pelo Eng.º Pinto Correia e por Alberto Alves, iniciou depois o período de discussão de assuntos de interesse para o Clube, podendo-se destacar: *uma proposta (que seria aprovada por unanimidade) para demolir a placa existente no pavilhão, a qual refere a inauguração pelo Dr. Elmano Alves, à data Subsecretário de Estado da Juventude e Desportos, sendo substituída por outra que exalte realmente quem trabalhou na verdade pela consecução da obra; as explicações (nada apropriadas para o acto) dadas por um dos candidatos que se apresentara (de início) como presidente de uma das listas, ao pretender sentir-se visado por um artigo inserto na «DE», em cujas colunas deveria ser rebatido; a questão da filiação do hóquei em patins no Porto, com a Associação respectiva, que está ao lado da AAE, bastante preocupada, pois pretende fazer calendários e oficialmente ainda não está definida a posição do Clube, pois falta vir no «Diário do Governo» a decisão tomada em Assembleia, sobre a mudança da sede; as explicações dadas pela Direcção cessante, inclusive de que (na passada 4.ª-feira) iria o Clube ser recebido pelo Secretário de Estado dos Desportos, supondo-se que para resolução definitiva do problema; o esclarecimento de que a D.G.D. já tinha dado o seu parecer quanto à questão; um alvitre para se repensar a forma de gestão, em todos os aspectos, das secções do Clube, dentro dos parâmetros duma certa autonomia; a saliência dada à falta de estatutos renovados e actualizados, bem como à falta do Conselho Geral, ainda por eleger, pontos estes cuja solução foi considerada prioritária para a vida da AAE.*

Encerrou o acto, quase duas horas após, o Arq.º Jerónimo Reis, congratulando-se face à vitalidade demonstrada pela AAE e à maneira como tudo tinha decorrido, enaltecendo a colaboração dos associados e a presença da imprensa.

C. S.

VOLEIBOL

Fase Final do Campeonato Regional

INICIADOS: A.A.E., — LEIXOES, 3

AAE — Maltez, Jorge, Rogério, Fidalgo, Toni, Lacerda, Orlando, António Manuel, Sárria, Betinho, Ricardo e Rui Almeida.

Um jogo um tanto monótono, com a AAE a jogar muito longe do seu melhor e a mostrar uma grande indisciplina táctica. Para isso, contribuiu o facto de miúdos de 13/14 anos estarem a jogar em penetração que é um sistema de jogo de difícil execução, e que exige por parte dos jogadores uma perfeição técnica que os iniciados ainda não têm. Portanto, vitória certa da equipa que menos complicou.

JUVENIS: A.A.E., 3—PORTO, 1

AAE — Serrano, A. Pinto, Paulino, Paupério, Baptista Lacerda, C. Rui, Chico e Barra.

Jogo memorável, para ficar na retina dos muitos espectadores que a ele assistiram. A AAE fez a sua melhor exibição da época e afirmou categoricamente a todos que dela descreiam que é uma séria candidata à vitória no Campeonato Regional e muito possivelmente no Nacional. Para que tal aconteça é preciso apenas que todos os jogadores actuem sempre com a humildade e querer que mostraram contra o Porto, e sem criarem no selo da equipa situações de conflito que até aqui eram frequentes.

DÁRIO CAPELA

Académica — novo rumo?

(Conclusão da página 8)

ção à criança: por exemplo, no Dia Mundial da Criança, nos variados convívios levados a efeito no Parque, no Verão passado, em que os miúdos pintavam, modelavam, brincavam, etc.

A Câmara Municipal também tem dado o seu apoio, e assim deverá continuar. Isoladamente creio ser impossível fazer mais.

D.E. — Portanto, achas que é necessária a colaboração de todas as colectividades de Espinho, quer desportivas, quer culturais, para conseguir o arranque da promoção social da cidade. Além dessa união, o que apontas mais para esse arranque?

J. M. — É fundamental o suporte financeiro, que poderemos ir buscar com o apoio das tais sociedades comerciais e industriais. Dentro da AAE, a Cultural tem de intensificar o seu trabalho, embora já muito tenha feito. Aliás, este ano, na nova Direcção estão dois elementos da Secção que aí poderão defender os interesses dela com mais peso, e só espero que eles também enquadrem os interesses da Secção dentro dos interesses do Clube. Tem de haver uma inter-ligação entre ambos os interesses. É também necessário que, da parte da Direcção haja um acatamento da actividade cultural, que deverá ter a mesma prioridade que a desportiva.

Sobre a actividade desportiva e ainda outros assuntos ligados à AAE, falaremos no nosso próximo número em que concluiremos esta entrevista com o novo Presidente da Direcção, Jorge Monteiro.

N. B.

LUSITÂNIA, 26-74

Modelo único aprovado oficialmente para a convocação de marchas de silêncio em favor de pessoas vítimas de ofensas e agravos. (1)

Bom Povo de... (2)

Foi o Senhor... (3) profundamente agravado com afirmações/ atitudes (4) proferidas/tomadas (4) por... (5). A figura austera e digna daquele eminente Cidadão situa-se de tal modo acima das insídias que a mais infamante injúria jamais logrará macular a fímbria da sua estatura moral.

Cidadão ímpoluto e probo, patriota de antes quebrar que torcer, servidor abnegado do mesmo passo que chefe de família exemplar (6), Homem em quem as virtudes Cristãs e Rácicas se congregam em harmonioso conúbio, estaria, pois, o Excelentíssimo Senhor... (3) natural e eficazmente imunizado contra a perfídia segregada pelos seus inimigos, por tão importante rol de prendas morais.

Pensarão alguns com inocência só equivalente à sua candura que, respondendo à sórdida tentativa com uma sonora e estrepitosa gargalhada que estremunharia os próprios antípodas, teria o Bom Povo desta Terra Nobre demonstrado com exemplar suficiência a repulsa e a indignação de que é portador.

Mas não. A gravidade ímpar do crime e a sua luciferina perversidade não se compadecem com o simplismo da solução proposta que, nem vagamente, interpreta o sentir da Gente Boa (que toda é, a bem dizer) deste Concelho. Porque, tenhamos isto bem presente, à malvez de do acto não deverão ser alheios o torpe dedo de Moscovo nem o de O Maligno. Seja, assim, o acto obra de espíritos imundos, de anjos réprobos, ou de ambos em simbiose execranda, impõe-se desmascarar os cavilosos intentos da sinistra maquinação e expor o fundibulário a exautoração exemplar. Porque, infelizmente, entre as Gentes de (2) alguns (embora poucos) traidores tem havido. Feias acções essas que ofendem a Deus que logo dementa aqueles a quem quer perder...

Portanto, Gentes Boas de... (2) e seu termo, mantei-vos coesos em redor dos vossos governantes e correi a incorporar-vos na GRANDE MARCHA DE SILÊNCIO E DESAGRAVO que se irá realizar pelas... (7) do dia... (7). Demonstrei o vosso activo repúdio pelas ofensas perpetradas na pessoas do Excelentíssimo Senhor... (3).

O Cortejo concentrar-se-á em... (8), circulando por... (8) para dispersar em... (8). Caso o tempo e a hora permitam celebrar-se-á Missa Campal.

Integrarão a GRANDE MARCHA DE SILÊNCIO E DESAGRAVO, na vanguarda, as Exmas. Autoridades Cívicas, Militares e Eclesiásticas a que se seguirão as Dignas Forças Vivas com seus estandartes e guiões exibindo, no entanto, insígnias de nojo, e o Exmo. Público. O povo miúdo ocupará o couce. Por diversas pessoas se nos terem dirigido procurando a palavra de ordem definidora da indumentária adequada à solenidade do acto, recomenda-se:

- Aos Cavalheiros, o uso do fato preto, ou, pelo menos, o de gravata dessa cor;
- Mantilha negra e rosário para a mão, às Damas;
- O pessoal de pé descalço procurará corresponder a estes requisitos, consoante os limites da sua capacidade económica.

Nota:

A Banda local (9) executará a Marcha Fúnebre de Frederico Chopã (10) durante a concentração. Também durante este período se autoriza a venda no local de bugingangas, artigos religiosos guloseimas avulsas (Doce da Teixeira, Língua da Sogra, etc.).
! TODOS À GRANDE MARCHA DE SILÊNCIO E DESAGRAVO, TODOS! A Comissão Organizadora (11)

1) Este modelo é posto à disposição dos interessados pelo Ministério do Interior, gratuitamente. Admitem-se alterações ao texto, depois de superiormente autorizadas, contra o pagamento de uma sobretaxa, cujo importe dará entrada nos Cofres do Movimento Nacional Feminino por forma imediata.

- Nome da localidade onde se produziu o agravo.
- Nome do agravado.
- Eliminar o que não interesse.
- Indicar o nome do ofensor (se convier).
- A eliminar no caso do agravado ser celibatário.
- Indicar a hora e o dia.
- Mencionar locais e percurso.
- Cujo concurso convém assegurar.
- Convém aporuguesar.
- Se não interessar a indicação de nomes, conservar o anonimato.

EDUARDO MATOS

A "meiguice" da R. T. P.

Pois é. Nos tempos da D. Simone, da D. Madalena e do Sr. Calvário, a coisa era diferente: muitos laçotes, muitos vestidos a varrer o chão, muitas fitinhas, muitas camisas de folhos, muitas mariquices... Dois meses antes, já Portugal (que Portugal?) «fervilhava» de impaciência! Dir-se-ia que se andava um ano à espera da «GRANDE NOITE» em que, anualmente, era provada à saciedade a pobreza do nacional-cançonetismo.

Falava-se em «guerra de etiquetas», quando tínhamos três guerras a sério nas colónias. Falava-se na «canção» que iria representar Portugal, quando o que precisávamos era de seriedade e outra imagem que apagasse o triste e vergonhoso quadro que éramos, no conceito das Nações (de algumas...).

E, quando finalmente chegava a noite festiva... ah! que deslumbramento! Eram ministros, com as respectivas consortes e amiguinhas, eram senhores mui dignos e circunspectos, encadernados com «smokings» (alguns deles alugados), e senhoras com longos vestidos que faziam fru-fru ao menor movimento. E o nervosismo? Tanto na sala onde se desenrolava esta fantochada, como em milhares de Cafés e casas particulares, tudo a rebentar pelas costuras, havia desmaios e gritos histéricos «Ui! o Gaby!!!», etc., etc. No fim, lá saía a tal «canção para a Europa», invariavelmente má, sempre condizente com a «cozinha» e os «tachos» onde era «confeccionada».

Este ano, com a mudança no País, também isso mudou: a RTP foi muitíssimo mais sóbria (talvez sóbria de mais na maneira como escolheu as canções). O País deu ao «Festival» as dimensões que ele sempre deveria ter tido: a escolha duma canção que irá representar a RTP (e não o País) num Festival duma organização que congrega algumas Estações de Televisão da Europa — a Eurovisão.

Qualquer semelhança entre a maioria das canções deste ano e as suas antecessoras é mera coincidência. Finalmente havia canções que eram mais do que um simples encadear de notas e palavras (estamos a lembrar de uma «Boca do lobo» e de uma «Como uma arma, com uma flor»). Mas... aconteceu que a RTP teve o pássaro na mão e deixou-o fugir!

Pois foi. A «Madrugada» que lá vai, é bonitinha. É o máximo que dela se pode dizer. É uma madrugada muito «noite» ainda. É estranho. Havia lá canções que, se não eram «dia claro», para lá caminhavam.

Se a RTP quer dar «a imagem da nova sociedade democrática em que vivemos», como todas as noites o diz, deu uma imagem muito açucarada e pálida.

«Um canto assim nunca é demais», diz a «Madrugada». Nem de menos... Até porque, lembremo-nos que a boca do lobo ainda está aberta. Por isso... alerta!

N. B.

OS PECADOS INCONFESSÁVEIS... DE QUEM?

A pacatez da nossa cidade é um facto. Ainda bem, ainda mal? Sabe-se lá. Certo é que a tal pacatez só é cortada por um ou outro acontecimento, em geral sem importância, e ao qual só a rotina acaba por atribuir algum realce.

Imaginem, por exemplo, um fim de tarde bastante chuvoso pouco favorável para passeios ou estadias ao ar livre. É neste ambiente, mais propício ao aconchego dum telhado e quatro paredes, que damos de cara com uma longa «bicha» de pessoas, junto ao Casino, à espera, segundo parece, que a porta da bilheteira se abra. Despertada a curiosidade por tal movimento, num dia tão invernos e, ainda por cima, num cinema habitualmente pouco procurado, imediatamente fomos saber do que se tratava. Excitação de repórter feito à pressa pensando no primeiro inquérito ao vivo.

Ao aproximarmos-nos e vermos os cartazes que anunciavam os filmes, pensamos: «cá está». Mas, falemos com alguns dos potenciais espectadores:

D.E. — Então, o que é que se passa? Porque é que está aqui com este tempo?

— Que lhe parece? Venho comprar bilhetes para o cinema claro! Quero ver este filme...

D.E. — E que filme é esse que o entusiasma assim tanto?

— (Ri, um pouco atrapalhado) bom é «Os pecados inconfessáveis duma senhora bem».

D.E. — E porque é que este filme lhe interessa?

— (Hesita, ri, pouco à vontade) bem, está a ver, é bom... quer dizer eu gosto de... bem, relaciona-se com a vida sexual. Desculpe não dizer mais, mas estou aqui com o meu filho e...

Mais não disse. A presença do filho, não é?

Enquanto falávamos com esse amigo, uma jovem escutava e sorria. Dirigimo-nos a ela:

D.E. — Vai comprar bilhetes, claro?!

— Sim, é isso. No costume ir muitas vezes ao cinema, por falta de tempo, mas resolvi vir hoje.

D.E. — E porquê hoje?

— É sobretudo uma questão de curiosidade. E para essa curiosidade muito contribuiu a grande publicidade feita ao filme. Vamos lá a ver se é realmente bom.

E lá ficou, à espera de descobrir se o filme era bom. Que nos diria agora, depois de o ter visto?

(Continua na pág. 8)

Comissão do Turismo

ESPINHO

SEMANÁRIO
AVENÇADO